

Papel dos avós no acompanhamento das crianças da 1ª Infância:
Contributo metodológico para a programação de equipamentos sociais creches

Outubro, 2011

Departamento de Sociologia

**Papel dos avós no acompanhamento das crianças da 1ª Infância:
Contributo metodológico para a programação de equipamentos sociais
creches**

Graça Maria Ramalheiro Mota

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientador:

Doutor Sérgio Vital Braz Caramelo, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

Departamento de Sociologia

**Papel dos avós no acompanhamento das crianças da 1ª Infância:
Contributo metodológico para a programação de equipamentos sociais
creches**

Graça Maria Ramalheiro Mota

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientador:

Doutor Sérgio Vital Braz Caramelo, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

AGRADECIMENTOS

“... e tu, porque não vais estudar, se ainda tens mais de 25 anos para trabalhar?”

Foi assim, que começou o meu percurso universitário. Primeiro a licenciatura e agora a finalizar o mestrado. E ainda tenho de trabalhar mais 24 anos ...

Às pessoas que me incentivaram a iniciar este percurso académico, o meu muito obrigada, pelo apoio e pelo “empurrão”. Ver um brilho no olhar e a felicidade estampada no rosto, foi o melhor incentivo.

Quero expressar o meu agradecimento ao Centro Hospital do Médio Tejo, por ter concedido que aí realizasse os inquéritos às senhoras gestantes. Assim, agradeço ao Dr. Mário Furtado, às Sr.ªs Enf.ªs Gracinda Vieira, Florinda Ribeiro pela sua simpatia e acompanhamento e um profundo reconhecimento e gratidão à Sr.ª Enf.ª Isabel Canais pelo seu empenhamento e dedicação, sem esta ajuda preciosa este trabalho não teria o mesmo desenvolvimento.

Agradeço, igualmente, ao Dr. João Bismark do Agro, à Dr.ª Madalena Ponte, Meditorres, bem como às colaboradoras Sabine Krazy, Fátima Ferreira e Vanessa Mourão.

Ao meu orientador, Doutor Sérgio Caramelo que sempre compreendeu os meus timings, as minhas “limitações” e pela sua paciência. Sempre presente, quando necessário.

Agradeço às senhoras gestantes e parturientes que participaram no estudo. E a todos os avós, que se disponibilizaram para conversar comigo, dando o seu contributo para este projecto. Obrigada!

Às minhas chefias, o meu reconhecimento pelo incentivo, bem como pela compreensão das minhas ausências, em particular ao Doutor Filipe Telmo Jeremias, que tanto me incentivou, pelas leituras dos meus trabalhos e pela sua crítica – sempre bem-vinda.

Quero expressar, igualmente, o meu agradecimento à biblioteca do ISCTE-IUL e à biblioteca municipal Gustavo Pinto Lopes, Torres Novas, que sempre tão prontamente me ajudaram.

Agradeço aos meus amigos e aos meus colegas de trabalho e de faculdade que sempre me animaram nos momentos mais complicados deste percurso e me incentivaram para que não desistisse.

A todos os que de uma forma directa ou indirecta me ajudaram e/ou incentivaram neste projecto, fica o meu reconhecimento, na impossibilidade de enumerar todos.

Em especial:

À minha família. Em particular aos meus pais e ao meu irmão Rui, ajuda essencial neste projecto. Sem eles, tudo teria sido mais complicado.

Por último, mas não menos importante, dedico este trabalho à minha filha Carolina e ao Mbaahan – fontes de inspiração e coragem. A eles o meu amor ...

RESUMO

Hoje em dia cada vez mais uma preocupação dos pais, saber onde irão deixar os seus filhos logo que termine a licença parental. Com o objectivo de perceber como as famílias se estruturam, o tema do trabalho, incide sobre o apoio à primeira infância. Deste modo, pretendeu-se saber quais as principais respostas de que as famílias dispõem.

Os principais resultados revelaram que, consoante as suas necessidades e disponibilidades, as famílias tanto se estruturam pela via familiar, como pela institucional. Contudo, a maioria recorre aos cuidados informais através do apoio familiar, nomeadamente dos avós, mostrando claramente a importância e o peso dos avós para esta faixa etária que se situa entre os zero e os três anos, uma vez que as opções são transversais à situação económica dos agregados familiares, isto é, tanto procuram o apoio dos avós, os que têm poucos rendimentos como aqueles que detêm uma situação financeira mais confortável. No entanto nota-se que os que recorrem aos cuidados formais só o fazem pela impossibilidade dos avós.

Neste sentido, face ao peso que os cuidados informais tiveram nas escolhas das inquiridas, os resultados mostram que é pertinente ter em conta o papel dos avós num exercício de planeamento de equipamentos educativos, uma vez que o apoio pela via informal dá resposta a mais de metade das necessidades.

Palavras-Chave: Família, Avós, Creche, Planeamento de equipamentos sociais

SUMMARY

Today is increasing the concern of parents in where to leave their children when the parental license ends. In order to understand how families are structured, the theme of the work focuses on supporting early childhood. Therefore, we wanted to know the main answers that families have.

The main results shows, that depending on their needs and availability, families are structured by informal cares or instead, by institutional channels. However, most of the families resorts to the informal care through family support, mainly with the support of grandparents, showing clearly, the importance of grandparents for this age group (between zero and three years) since the options are transversal to the economic situation. In fact, both targets are seeking the support of grandparents: those who have a less income as those who have a more comfortable financial situation. However note that those who resort to formal care, do it, only because the impossibility of the grandparents.

In this sense, given the weight they had in informal care, the results show that it is relevant taking into account the role of grandparents in an exercise of planning educational facilities, because the support given through an informal care, give answer to more than half of the needs.

Key words: Family, Grandparents, Daycare, Social infrastructure planning

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
SUMMARY	v
ÍNDICE DE QUADROS	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	3
1 – Objecto e objectivos	3
1.1 – Objectivos.....	3
1.2 – Objecto de estudo	3
2 – Das transformações sociais contemporâneas às respostas de apoio à primeira infância	3
2.1 – As necessidades contemporâneas de apoio à primeira infância e o desenvolvimento de valências fora do seio maternal/paternal.....	3
2.2 – O apoio institucional à primeira infância	6
2.3 – Apoio à primeira infância no seio familiar e o lugar particular dos avós	8
2.4 – A intervenção estatal no sector do apoio à primeira infância	10
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
1 – Objectivo da Pesquisa	15
2 – Universo do Estudo	15
3 – Métodos de Observação	15
3.1 – Pesquisa Bibliográfica	15
3.2 – Inquérito por questionário.....	15
3.3 – Trabalho de Campo	16
3.4 – Análise dos inquéritos	16
4.4 – Tratamento e análise de dados	16

CAPÍTULO III – CASO DE ESTUDO	17
1 – As opções no apoio à primeira infância no caso do concelho de Torres Novas	17
2 – O papel dos avós no apoio à primeira infância no concelho de Torres Novas	23
3 – Contributos para o planeamento de equipamentos de apoio à primeira infância	28
CONCLUSÕES	35
FONTES	37
BIBLIOGRAFIA	39
ANEXO I	I
ANEXO II	XI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1.1 – Distribuição das inquiridas face à idade, estado civil, habilitações e residência	17
Quadro 3.1.2 – Situação profissional das inquiridas	18
Quadro 3.1.3 – Distribuição das inquiridas quanto ao rendimento líquido mensal do agregado	18
Quadro 3.1.4 – Cruzamento das variáveis idade, rendimento líquido mensal do agregado e habilitações	19
Quadro 3.1.5 – Distribuição das inquiridas quanto às dinâmicas familiares	21
Quadro 3.1.6 – Onde vai ficar o bebé	21
Quadro 3.2.1 – Idade dos avós	23
Quadro 3.2.2 – Caracterização sócio-demográfica dos avós	24
Quadro 3.2.3 – Distribuição dos avós pelos motivos que levam a tomar conta dos netos	25
Quadro 3.2.4 – Distribuição dos avós quanto ao porquê de estar a tomar conta do neto/a	26
Quadro 3.2.5 – O que pensa do papel dos avós	26
Quadro 3.2.6 – Razões pelas quais os avós devem participar de forma activa na educação dos netos	27
Quadro 3.3.1 – Distribuição das autarquias face à utilização de processo de planeamento específico para o apoio à 1ª infância	29
Quadro 3.3.2 – Distribuição pelas autarquias Médio Tejo / Lezíria do Tejo face à forma de planeamento específico para o apoio à 1ª infância	30
Quadro 3.3.3 – Distribuição das autarquias consoante os apoios	31
Quadro 3.3.4 – Distribuição das autarquias pelas medidas tomadas, recentemente, face ao planeamento de equipamentos de apoio à 1ª infância	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1.1 – Razões que levam à escolha do local para deixar os bebés.....	22
Figura 3.2.1 – Razões pelas quais os netos não ficam com os avós.....	28
Figura 3.3.1 – Adopção por parte das autarquias de políticas públicas de incentivo à natalidade, apoio à família e conciliação de trabalho e guarda dos filhos	30
Figura 3.3.2 Investimentos das autarquias nos últimos dois anos	31
Figura 3.3.3 – Previsão de investimentos das autarquias nos próximos dois anos	32
Figura 3.3.4 – Tipo de apoios, aos equipamentos, prestados pelas autarquias, relacionados com a 1ª infância.....	33
Figura 3.3.5 – Critérios e modalidades de financiamento.....	33
Figura 3.3.6 – Existência de creches propriedade da autarquia ou co-financiada pela autarquia	34
Figura 3.3.7 – Existência de outros financiamentos	34

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema dos apoios à primeira infância, realizando uma análise comparativa entre as ajudas formais oferecidas pelos equipamentos institucionais versus as ajudas informais prestadas pela família, designadamente pelos avós.

Deste modo o objectivo do trabalho tem como base o apoio à primeira infância e neste sentido iremos ver como se estruturam as famílias para deixar os seus filhos e aos cuidados de quem ficam entregues quando terminar a licença parental, que importância tem o papel dos avós como apoio à primeira infância e se os mesmos devem ser contemplados no planeamento de equipamentos educativos para esta faixa etária, ao nível local.

Os modelos de família têm vindo a alterar-se ao longo dos tempos e devido a essas alterações os avós são chamados muitas vezes para prestar apoio nos cuidados para com os netos, não só, e numa fase inicial pela inexperiência dos pais, mas igualmente como factor estabilizador da própria família, uma vez que os avós “permitem a continuidade da família e são garantes dos valores familiares que asseguram o futuro”. (Sampaio 2008:12).

Para se proceder à componente empírica do trabalho realizaram-se inquéritos por questionário a senhoras gestantes e parturientes e aos avós que tomam conta dos netos a tempo inteiro e com idades até aos três anos, ambos do concelho de Torres Novas. Realizaram-se, também, inquéritos às autarquias circundantes ao concelho em estudo para perceber os apoios que são dados ao nível local em relação à matéria em causa.

A escolha do concelho, deve-se ao facto de neste se desenvolver uma actividade no âmbito do voluntariado, na área do social e desta forma pretender-se saber como se organizam as famílias para dar apoio aos seus filhos e netos, no sentido de se fornecer elementos que possam ajudar as famílias mais carenciadas que precisem de conciliar a vida familiar com a vida profissional.

Deste modo o trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se a delimitação dos objectivos e o objecto de estudo, procedendo de seguida à abordagem da teoria sobre as mudanças familiares e o papel dos avós, a importância destes no apoio à família. Aborda-se, igualmente, o apoio institucional, no que diz respeito à primeira infância, bem como a intervenção estatal no sector.

No segundo capítulo são abordados os procedimentos metodológicos, definindo o objectivo da pesquisa e o universo do estudo, bem como o tratamento analítico dos dados recolhidos no trabalho de campo.

Por fim no terceiro capítulo são apresentados os principais resultados obtidos, para dar resposta aos objectivos propostos, mostrando que os apoios tanto se fazem ao nível institucional, como ao nível familiar, salientado a importância do papel dos avós no apoio que estes podem dar aos netos e como suporte primordial para os pais.

CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

1 – Objecto e objectivos

1.1 – Objectivos

O projecto que se apresenta tem como pano de fundo a primeira infância. Com a alteração dos modelos familiares os pais encontram-se os dois no mercado de trabalho, sendo necessário recorrer a alternativas para deixar entregues os seus filhos nesse período. Assim o objectivo global deste trabalho centra-se no apoio à primeira infância, de modo a saber como se estruturam as famílias. Por sua vez este objectivo desdobra-se em três objectivos específicos. O primeiro pretende perceber junto das gestantes e parturientes como se estruturam as necessidades de apoio à primeira infância ao nível local, identificando, por esta via, as principais respostas que serão utilizadas nos primeiros três anos de vida das crianças. O segundo objectivo identificará a dimensão, a importância e o papel dos avós no apoio à primeira infância. Por fim, o terceiro objectivo visa perceber a forma como o apoio prestado pelos avós, uma resposta ainda do seio familiar, deverá ser contemplado no momento de desenvolver um exercício de planeamento de equipamentos sociais educativos de apoio à primeira infância ao nível local.

1.2 – Objecto de estudo

Face à percentagem cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, pretende-se com este projecto perceber que suporte as futuras mães e/ou as recentes mães têm, para os seus filhos, quando terminar a licença parental e ao cuidado de quem irão deixar os seus bebés. Perceber se, por um lado, o papel dos avós funciona como suporte directo no dia-a-dia dos netos ou se é um papel de apoio de retaguarda aos pais. Ou, por outro lado, se são as instituições de apoio à primeira infância, as creches, que dão resposta às necessidades destas mães.

Assim o objecto de estudo do trabalho direcciona-se para mulheres gestantes e parturientes e avós residentes no concelho de Torres Novas. Deste modo, pretende-se saber como os pais se estruturam para que os seus filhos tenham os cuidados necessários, enquanto estes trabalham, que importância atribuem ao papel dos avós (seus pais) e ao mesmo tempo saber qual a posição de outros avós que tomam conta dos seus netos a tempo inteiro, sendo eles os grandes prestadores de cuidados informais.

2 – Das transformações sociais contemporâneas às respostas de apoio à primeira infância

2.1 – As necessidades contemporâneas de apoio à primeira infância e o desenvolvimento de valências fora do seio maternal/paternal.

No apoio à primeira infância a família exerce um papel basilar, tanto nos primeiros dias logo que se dá o nascimento, como quando termina a licença parental. Seja de forma directa ou indirecta é no seio da família que a criança terá os cuidados necessários para o seu desenvolvimento e bem-estar.

Ao falar de família é importante que se foque as alterações sofridas ao longo dos últimos anos, até porque a esta foi “sofrendo uma erosão pronunciada ao longo da segunda metade do século vinte.” (Giddens, 2004:176), ou seja, passou-se de uma sociedade em que nas famílias existiam grandes taxas de mortalidade e fertilidade, para uma sociedade em que cada vez se vive mais anos e nascem menos crianças (Bengtson et al, 1990). Isto é, as famílias de hoje são cada vez mais pequenas no seu número de elementos a viver debaixo do mesmo tecto (Hagestad, 1988; Amaro, 2006).

Em Portugal, nos últimos 40 anos, isto é, nos anos 70 do século XX, registaram-se acontecimentos que tiveram grande importância e impacto na vida da população, ou seja, na vida das famílias. A queda do regime ditatorial que se vivia, ao tempo, a evolução da medicina e tecnologia, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o controlo da natalidade, através do surgimento de métodos contraceptivos, foram impulsionadores de mudanças na família, que por sua vez introduziu mudanças na escola e na formação das crianças.

A família passou de tradicionalmente alargada para modelos de família diversificados: famílias recompostas, famílias de pessoas só, famílias de só casal, famílias de casal, predominantemente com um só filho, uniões de facto, deixando de lado a celebração do casamento, religioso ou civil e famílias monoparentais. Houve então, um “movimento da privatização da vida conjugal e familiar” (Wall, 2005:45). Alguns dos factores que contribuíram para a existência destes novos modelos foram a possibilidade que a mulher teve de controlar a sua vontade de procriar e em simultâneo com a sua entrada massiva no mercado de trabalho, tornando-a independente e capaz de gerir a própria vida, conferindo-lhe mais autonomia e capacidade de decisão (Wall, 2005).

Tem igualmente peso na constituição de família o facto de os progenitores pretenderem apostar e vingar na sua vida profissional, bem como o custo de ter um filho. Uma criança, presentemente, tem uma importância que não tinha há uns anos atrás, isto é, a criança já não é vista como um contributo para o orçamento familiar, como um “adulto em miniatura” (Almeida, 2006:91), que ajudava na economia do lar, tratando de irmãos mais novos ou até mesmo no sustento da família. Tal como refere M^a Engrácia Leandro, “o casamento e o facto de ser pai e mãe são hoje opções biográficas entre muitas outras possibilidades” (2008:138), assim é fundamental ter em conta os custos de ter um filho, em termos de tempo e dinheiro.

De acordo com toda esta dinâmica evolutiva, a família passou por uma enorme metamorfose ao longo destes quatro decénios, onde se foi evidenciando a individualização do indivíduo. Nestes novos modelos de constituição familiar tornou-se premente repensar na educação e na ocupação dos filhos uma vez que ambos os pais têm uma profissão que os ocupa durante grande parte do dia. É neste sentido que cada vez mais surgem estudos com o intuito de perceber estas dinâmicas familiares que na sua essência exigem uma maior adaptação à conciliação entre a vida familiar e profissional. Exemplo disto é o estudo elaborado por Torres e Vieira da Silva acerca da guarda das crianças e a divisão do trabalho entre homens e mulheres, onde referem o “facto de Portugal, no conjunto da União Europeia estar entre os países com maior número de mães trabalhadoras” (1998:9).

É então que as instituições que promovem ajuda aos pais, quer sejam as creches, os jardins-de-infância ou escolas, começam a ganhar uma importância acrescida, uma vez que, deixam de ter apenas o papel de ensinar, passando a ter, analogamente, o papel de educar.

É nesta dicotomia, família/instituições, que os pais pensam no papel que estas desempenham no crescimento dos seus filhos e onde colocá-los. Isto é, a par desta evolução/mudança familiar surgem, também, mudanças nas instituições educativas, bem como a necessidade de criar novos equipamentos sociais colectivos, de modo a que as crianças estejam ocupadas durante o período laboral dos pais.

Há cerca de quatro décadas atrás as crianças estavam em casa com a mãe e a grande maioria só tinha contacto com a escola quando iam para a 1.^a classe, hoje 1.^o ano. Na actualidade, “saem” de casa quando termina a licença parental, indo uns para o berçário e outros ficarão com os avós ou, eventualmente, com as mães ou até mesmo com amas particulares. O mesmo estudo de Torres e Vieira da Silva coloca-nos a par da realidade existente entre as redes familiares e os equipamentos de apoio, salientando que quando estes equipamentos são escassos, torna-se uma opção a mulher interromper a sua actividade no mercado de trabalho para que possa ficar com o seu filho até à entrada para o jardim-de-infância ou então trabalhar em *part-time*, tal como noutros países da Europa do Sul ou países como Inglaterra e Alemanha. Quanto à rede familiar, principalmente no que se refere ao papel dos avós, a problemática que se levanta é quando estes ainda se encontram no mercado de trabalho, quando os netos são muito pequenos, impedindo-os de prestar este apoio, tendo os pais como alternativa recorrer às amas (1998:9-13). No entanto, no que refere às ajudas prestadas pelos avós, os que se encontram “nas classes sócio-económicas mais desfavorecidas (...) têm um papel mais interveniente (...) porque vivem mais frequentemente em ambientes multigeracionais” (Gomes-Pedro, 2006:20) fazendo parte do seu dia-a-dia prestar apoio nos cuidados informais, sendo economicamente mais vantajoso.

Estas dinâmicas dependem, de facto, das redes familiares existentes e da disponibilidade das mesmas. Constituir ou aumentar família são opções de vida que carecem de decisões quanto ao suporte existente no que refere à guarda dos filhos.

Nas sociedades contemporâneas, as crianças são socializadas numa parceria família/creche, jardins-de-infância ou escola, em que umas não se substituem às outras, torna-se, cada vez mais, necessária a articulação entre ambas, pois, quer a família (pais ou avós), quer estas instituições, detém um papel primordial na socialização da criança, desde o momento em que esta entra em contacto com cada um. A escola passa, então, a um “lugar de instrução e de socialização da criança, de todas as crianças, para a cidadania adulta” (Almeida, 2006:131).

Nesta sequência de acontecimentos, ao longo das últimas décadas foram surgindo equipamentos sociais para dar resposta às necessidades sentidas e de modo a que as crianças possam ter um espaço adequado ao seu crescimento e desenvolvimento, de maneira a que as suas

competências e capacidades se desenvolvam harmoniosamente, tanto ao nível do raciocínio lógico, como ao nível de concentração, bem como, e também, ao nível da motricidade (fina ou grossa).

No início deste século XXI surgem novos equipamentos para os cuidados à primeira infância, uma vez que a criança sai muito cedo dos cuidados da mãe, para que a mãe possa trabalhar, sendo necessário entregá-la ao cuidado de terceiros.

Como refere Enguita, “a família já não se encontra no lugar em que se encontrava (...) não é a mesma família, com as mesmas possibilidades e funcionalidades que antigamente” (2007:84), isto é, a família reconhece e atribui capacidade à instituição, que acolhe a criança, para assumir parte da sua responsabilidade na formação e socialização dos filhos. Deste modo, a família assume uma participação activa na educação dos filhos que começa pela escolha da instituição que os vai acolher, sendo esta perto de casa ou do emprego, de modo a tornar mais ágil a deslocação dos pais para ir colocar e buscar os seus filhos.

Por oposição à escolha pela via institucional, existe a alternativa pela via familiar – os avós. O papel dos avós, principalmente, na primeira infância (dos zero aos três anos) não é de somenos importância. É uma opção para os pais deixarem os seus filhos com os cuidados que estes precisam nos primeiros anos de vida.

Embora a via institucional tenha uma importância crescente para os cuidados formais e seja uma alternativa para alguns pais, para outros pais o papel dos avós é essencial para os cuidados informais, quer por falta de recursos financeiros, quer por falta de equipamentos para o efeito, ou seja, de creches, ou até mesmo por opção de manter a educação dos filhos muito próxima da que receberam. Para manter esse padrão recorrem, então, aos seus pais, os avós. Deste modo e durante a primeira infância as crianças estão em casa com os avós, tendo cuidados redobrados e mais personalizados.

Neste âmbito, as ajudas informais, bem como as ajudas formais são as duas grandes respostas existentes para a primeira infância, seja pela via familiar ou pela via institucional.

2.2 – O apoio institucional à primeira infância

O apoio à primeira infância fora o seio familiar é auxiliado pelos equipamentos sociais com a valência creche e/ou creche familiar, assim como as amas. Esta resposta tem como objectivo minimizar as carências sentidas, bem como criar respostas alternativas.

A oferta creche remonta ao séc. XVIII. É em França, no ano de 1770 que surge a primeira creche, em todo o mundo, na vila dos Vosgues no Ban de La Roche, com o intuito de criar um espaço para recém-nascidos, de forma a permitir às famílias a dedicação ao trabalho no campo (Davidson e Maguin, 1983:18). A ideia foi, posteriormente, levada para o Reino Unido, através de viajantes ingleses e escoceses, onde foram criadas, junto dos centros industriais, outras creches.

Em Portugal, o desenvolvimento da educação das crianças acompanhou a sequência de acontecimentos políticos e económicos e os primeiros jardins-de-infância (equipamentos destinados a

crianças com idade inferior a 6 anos) surgem no início do século XIX, durante a Monarquia, em 1834 (Sousa, s/d:7).

Inicialmente estas instituições, de foro privado, eram direccionadas para crianças de classes sociais com menores recursos e circunscreviam-se às grandes cidades (Bairrão, Barbosa, Borges, Cruz & Pinto cit Sousa, s/d:8). Com o desenvolvimento de movimentos e iniciativas relativas à infância, publicou-se legislação sobre educação infantil, atribuindo maior importância à educação pré-escolar e em 1891 tornou-se obrigatório que as fábricas criassem creches para que os filhos das trabalhadoras estivessem entregues durante o período laboral das mães, mas também para que fossem asseguradas condições básicas de higiene e saúde (Sousa, s/d:8).

Em Portugal, e segundo Susana Durão (2001), o primeiro jardim-de-infância e creche foi construído em Lisboa no Jardim da Estrela e inaugurado em Abril de 1882, permanecendo até à data. Para Sousa, a educação pré-escolar entra na agenda política durante a primeira República, mas aquando da segunda República, os cuidados prestados na infância deixaram de fazer parte das prioridades governamentais, entendendo o Estado que a educação infantil era uma função do foro familiar (Sousa, s/d:9). Pelos anos 60 do século XX, e devido às transformações económicas, sociais e demográficas sentidas na época, a protecção social das crianças entra novamente na agenda política, desenvolvendo “medidas que tinham como objectivo a criação de creches, jardins-de-infância e centros de actividades de tempos livres.” (Ibidem). Com esta evolução dá-se origem à criação de creches e jardins-de-infância com o intuito de dar apoio às famílias durante o horário laboral, surgindo também o serviço de amas/creches familiares como alternativa de resposta às creches tradicionais (Ibidem).

De acordo com o Instituto da Segurança Social (ISS), creche é um equipamento “que visa o acolhimento para crianças até aos três anos de idade, durante a parte do dia em que os pais ou as pessoas que as tenham à sua guarda não podem estar com elas.” (2011:6) de modo a que esta seja “acolhida, amada e respeitada na sua originalidade e ajudada a crescer harmoniosamente” (Rocha et al, 1996:5). Na creche inclui-se o berçário que se destina aos bebés até que estes adquiram a marcha. Caso não haja bebés que se enquadrem nesta faixa etária/condições, a creche poderá prescindir do berçário (Idem:9). Este tipo de equipamentos são compostos por átrios, salas de actividades, cozinha, sala de refeições, instalações sanitárias, gabinetes e outros espaços de apoio e de ar livre (Ibidem). A creche familiar é um conjunto de amas (que não deve ser inferior a 12 e nem superior a 20) que visam dar apoio a crianças até aos três anos e que residam na mesma zona. Estas amas estão “enquadradas e apoiadas pela Segurança Social, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)” (ISS, 2011:6). Segundo o Instituto de Segurança Social a ama é uma pessoa “idónea (apta e qualificada)” (2011:5) que toma conta de crianças durante o período laboral dos pais ou impedimento destes. Trabalham por conta própria e auferem uma remuneração por esse serviço.

2.3 – Apoio à primeira infância no seio familiar e o lugar particular dos avós

No seio da família, o apoio familiar é procurado consoante as circunstâncias da vida e as necessidades quotidianas e normalmente este apoio é mais solicitado aos avós, pois regra geral são estes que mais disponibilidade apresentam para dar uma ajuda quando solicitada.

Este apoio representa ajuda fundamental para muitos pais que de outra forma teriam dificuldade em conciliar os cuidados aos seus filhos com a profissão.

No entanto, o papel dos avós também foi acometido de mudanças no seio da família, tal como a própria família.

Segundo pesquisas realizadas essencialmente nos Estados Unidos da América, nos últimos sessenta anos acerca do papel dos avós, mostram que existiram oscilações, revelando que este papel teve uma maior ou menor importância em momentos distintos (António, 2010:19).

Pelos anos 40 e 50 que correspondem ao período da II Guerra Mundial e ao pós-guerra leva a uma aproximação dos avós, como apoio essencial no acompanhamento e na educação dos netos, devido à “ausência dos pais e a saída das mães para o mercado, durante o conflito” (2010:20). Assim, os avós voltam a assumir uma importante ajuda, que antes tinha sido relegada.

Durante os anos 60, regressa-se a uma maior normalidade das famílias, sendo estas constituídas, essencialmente, pelo pai, a mãe e os filhos, relegando os avós para segundo plano, uma vez que os pais não necessitam tanto do apoio dos avós.

Nos anos 70 voltam a surgir grandes mudanças na família, com a chamada “Geração de 60” (António, 2010:21) que quebra com os valores familiares, até então reproduzidos. Factores como o aumento dos divórcios, as gravidezes em adolescentes, as famílias monoparentais e o aumento de emprego feminino levam que os avós sejam novamente chamados para dar suporte familiar, nos momentos de crise.

Durante os anos 80 as famílias lidam com novas dificuldades, como a SIDA, o aumento da gravidez precoce, o uso das drogas e a necessidade de apoio para os idosos (devido ao seu aumento) e para as crianças, fazendo com que as pesquisas sobre a temática dos avós se aprofunde, de modo a perceber melhor o “papel de suporte e garante dos avós em tempos de crise.” (Idem:22).

Dos anos 90 à actualidade, o papel dos avós reflecte as mudanças que ocorreram na família e a relação intergeracional que daí surgiu. O aumento da esperança média de vida da pessoa idosa e a sensibilização para que os familiares cuidem dos seus idosos levam a que surjam, novamente, as famílias alargadas e as relações intergeracionais aumentem (António, 2010:22-23).

O papel dos avós ao longo destes anos tem tido maior ou menor importância consoante se viva momentos de crise ou não. É dada aos avós a capacidade apaziguadora nos conflitos familiares.

A presença dos avós na vida dos netos pode ser mais ou menos intensa, consoante a disponibilidade dos mesmos e representa-se em distintas tipologias, segundo os autores Neugarten e Weinstein, citados por António: o formal, em que os avós deixam a educação dos netos a cargo do pai e da mãe, fazendo pequenos favores quando são solicitados; o lúdico em que os avós aproveitam ao

máximo as actividades com os netos, deixando de lado a autoridade que é remetida para os pais; o supletivo que é desempenhado pelas avós, assumindo a responsabilidade parental a pedido dos pais; o depositário da sabedoria familiar que normalmente é desempenhado pelos avôs, mantendo a autoridade e vendo-se como depositários de grande sabedoria; e o distante que são os avós que apenas estão presentes em datas festivas (2010:26-27). Estes papéis que os avós vão desempenhando, estando mais ou menos presentes, além da disponibilidade, atrás referido, prende-se igualmente com a idade mais jovem ou não dos avós, tendo os avós mais jovens comportamentos mais lúdicos e os que têm mais idade são mais formais para com os seus netos.

Embora quando se aborda o papel dos avós, nas ajudas que estes prestam, se refira a um todo, na verdade existem diferenças entre as avós e os avôs. Segundo diversos estudos, são as avós que mais laços de proximidade mantêm com os netos, do que os avôs, pois são às avós que se atribui o papel de zeladoras dos laços familiares (Hagestad, 1985, 1986). Para Vasconcelos (2002) é a avó materna que mais apoio presta nos cuidados aos netos. Um outro estudo em França mostra que 85% das avós tomam conta dos seus netos com regularidade (Fize, 2005). Estes papéis não têm sido iguais, avôs e avós têm pesos diferentes, ou seja, as avós tem uma posição mais fulcral para os netos, do que os avôs, pois estes encontram-se mais na retaguarda. Para Smith (1998) e Portugal (2006) são justamente as avós que têm mais contacto com os netos nas ajudas informais, estreitando os laços de afectividade entre eles.

Ao estreitar os laços afectivos de pais e filhos, avós e netos, promovem uma maior reciprocidade nas relações intergeracionais (Attias-Donfut e Segalen, 1998), pois os avós que cuidam dos netos têm maior sensibilidade para cuidar de pais idosos. Esta reciprocidade de afectos e cuidados promove, igualmente, a transmissão de valores que segundo Sampaio “é feita mais por comportamentos do que por palavras” (2008:79).

Segundo Barros os avós vêm-se como socializadores da “maternidade e paternidade” (1987:52), uma vez que o seu papel é dotado de experiência ao longo da vida. Refere a mesma autora que o nascimento dos netos intensifica os laços afectivos com os filhos e por sua vez com os netos (Ibidem). E é justamente quando um pai ou uma mãe passa para a condição de avô e avó é que vê o seu papel definido bem como as “funções que lhe competem” (Harper, 2006:29).

Os avós, cada um no seu papel deixam lembranças nas crianças (e até nos adultos), em que estas associam à avó um lugar mais privado/familiar, como o cuidar do lar, a cozinha, as roupa e ao avô um lugar mais relacionado à “história social, sendo descritos no seu trabalho, actividades e implicações no domínio exterior/público”, (Ramos, 2005:207), sendo-lhe atribuído o papel de “chefe de família” (António, 2010:25).

O papel dos avós ganhou uma importância tão grande que entrou na praça pública e foi consagrado no Código Civil artigo 1887-A, aditado pela lei 84/95 de 31/08, de modo a que fique salvaguardado o interesse dos avós pelos netos e vice-versa. Como forma de esclarecer o Artigo 1887-A recorreu-se ao Supremo Tribunal de Justiça para clarificar a aplicação do referido

Artigo do Código Civil, tendo sido proferido em 03 de Março de 1998 (in CJ I-119) um Acórdão sobre a matéria. A saber:

I – O Art.º 1887.º-A do CC, aditado pela Lei n.º 84/95, de 31/08, consagrou não só o direito do menor ao convívio com os avós, como reconheceu, também, um direito destes ao convívio com o neto, que poderá designar-se por "direito de visita".

II – Em caso de conflito entre os pais e os avós do menor, o interesse deste último será o critério decisivo para que seja concedido ou denegado o "direito de visita".

III – Presumindo a lei que a ligação entre os avós e o menor é benéfica para este, incumbirá aos pais – ou ao progenitor sobrevivente ou que ficou a deter o poder paternal – a prova de que, no caso concreto, esse relacionamento ser-lhe-á prejudicial."

Como assevera Gomes-Pedro “a intervenção dos avós pressupõe uma fonte inesgotável de auto-estima” (2006:15), uma vez que os avós conseguem transmitir confiança e orgulho aos netos nas suas actividades e convívências.

Desta forma o papel dos avós é de uma importância de dimensão imensurável, na construção da identidade dos netos, bem como no património que possam transmitir. Os avós ajudam a construir a identidade da família nos netos, mas não só, uma vez que fornecem igualmente “ajudas instrumentais, financeiras e afectivas” (Sousa, 2006:45).

Contudo, se os avós de hoje ainda se encontram no mercado de trabalho, surge, novamente, a questão de onde colocar os filhos, quando ainda são muito pequenos, durante a primeira infância, já que os pais trabalham, bem como os avós e estes já não têm a disponibilidade de outrora. Embora a lei salvguarde as ajudas dos avós para com os netos, no seu art.º 50 da Lei 7/2009 de 12/02, revisão do Código do Trabalho, alguns dos avós deixaram de poder acompanhar mais de perto os netos.

Ainda assim, este papel não deixa de ser importante na vida dos netos, não só pelas ajudas que dão aos pais, mas também aos netos, bem como as memórias que acabam por deixar, mesmo que inconscientemente, nos seus descendentes mais novos. Os avós acabam por ser a ponte entre o passado e o futuro (Sousa, 2006) e a ter um papel importante na guarda dos netos, constituindo claramente uma alternativa à creche nos primeiros anos de vida dos netos.

2.4 – A intervenção estatal no sector do apoio à primeira infância

A intervenção do Estado no que diz respeito à primeira infância está legislada em decretos-lei, despachos normativos, leis e portarias de modo a estabelecer regras e normas orientadoras para o bom funcionamento das creches, creches familiares e amas.

Através do Instituto de Segurança Social o sector público que presta serviço de apoio à primeira infância está fortemente regulado pelo Estado, pois esta intervenção estatal encontra-se em diversos níveis: i) ao nível regulamentar, através de legislação própria de como deve ser implementada uma creche e o que é necessário; ii) ao nível financeiro, por exemplo, através de candidaturas ao

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES¹, facilitando o investimento desta valência; iii) ao nível social, por exemplo, através de benefícios fiscais, pois nas creches com apoios estatais a mensalidade paga pelos pais é efectuada através de uma percentagem que será maior ou menor, consoante os rendimentos *per capita* do agregado familiar, permitindo aos pais que têm um orçamento mais reduzido ter maior facilidade no acesso a esta valência.

O próprio Instituto de Segurança Social interage na regulamentação e licenciamento das ofertas da valência creche, pois a sua criação será sempre supervisionada por esse instituto. Por exemplo, e para o efeito foi elaborado um guia prático com medidas orientadoras.²

Na realidade trata-se mesmo de uma matéria que é alvo de atenção ao nível internacional. Para o caso da Europa foi definido no Conselho Europeu de Barcelona, realizado em Março de 2002, que pretendia que, em 2010, existissem equipamentos para primeira infância de modo a abranger 33% de crianças e 90% para as restantes crianças até à entrada na escola (Meulders e outros, 2007:636).

Como podemos depreender estamos perante um domínio que não pode passar despercebido. Ao nível governamental se olharmos para os últimos programas governativos, verificamos que abordam a creche como uma medida interventiva no combate à pobreza e exclusão social, bem como no apoio à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, aumentando o número de vagas e prestando um maior serviço.

A título de exemplo o Programa do XVII Governo Constitucional, tinha como meta da sua legislatura “aumentar em 50% o número de lugares disponíveis em creches e amas” (2005:68-69), de modo a que fosse possível, em todo o país, integrar precocemente as “crianças em percursos plenos de desenvolvimento pessoal” (2005:69), e em simultâneo garantir que aos pais fosse possível harmonizar a vida familiar com a vida profissional.

A legislatura seguinte com o Programa do XVIII Governo Constitucional pretendeu com as suas medidas “duplicar as creches com horário alargado, reforçando a prioridade a famílias carenciadas e da classe média” (2009:67), entendendo que esta medida iria garantir que “cerca de 400 creches funcionarão mais de 11 horas por dia” (Ibidem).

O actual Governo, no seu Programa do XIX quer possibilitar que as IPSS e as Misericórdias possam acolher mais utentes nas creches, sob o supervisionamento da segurança social (2011:91). Pretende, igualmente, aumentar o número de amas credenciadas da segurança social.

Com o intuito de “ponderar as medidas sugeridas recentemente pela OCDE” (2011:92), isto é, de aumentar a taxa de natalidade e diminuir a pobreza infantil, o actual governo ambiciona “recentrar o apoio à família nos primeiros anos da criança” (Ibidem) e promover o investimento na rede de creches, de modo a que estas fiquem próximas dos locais de trabalho dos pais, articulando com as Misericórdias, as IPSS, as autarquias e as empresas, colmatando desigualdades existentes no acesso às

¹ A título de exemplo a Portaria nº 426/2006 de 2/5 e o Despacho nº 10 516/2006 de 11/03

² Guia Prático. Respostas sociais – Infância e Juventude, Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social

creches subsidiadas. O apoio do “Estado incidirá, também, no apoio à melhor adaptação dos horários destes equipamentos à vida profissional da família das crianças” (Ibidem).

Nos programas governamentais mais recentes o apoio à primeira infância não tem sido desacautelado, sendo uma constante na agenda política. Neste sentido é premente tomar medidas para o planeamento destes equipamentos de forma a criar resposta, suprimindo lacunas ainda existentes.

Segundo a DGOTDU³, urge reflectir sobre a construção de novos equipamentos, bem como definir muito bem os seus objectivos. Daí que seja necessário construir um quadro conceptual de inteligibilidade da realidade, de modo a que se possa dar uma melhor resposta em diferentes situações, quer ao nível local, quer ao nível regional (DGOTDU I, 2002:3). Estes equipamentos colectivos, segundo António Pais Antunes, são definidos como “estruturas físicas através das quais a população residente (ou activa) num dado território tem acesso aos bens e serviços de que necessita para a sua sobrevivência e realização”, (2007:1) e planeamento dos mesmos visa acarretar “soluções para os problemas nos quais está essencialmente em causa determinar a forma de promover a oferta de um dado serviço de modo a responder o melhor possível à procura de que esse serviço é objecto” (Idem:31). No caso o que se visa estudar são os equipamentos ligados à educação.

Os equipamentos colectivos tanto podem ser privados ou públicos, sendo que os equipamentos públicos visam a prossecução do interesse público e os equipamentos privados que podem ter uma vertente mais orientada para fins lucrativos, não deixa, no entanto, de ter orientações do sector público.

Em Portugal, segundo a OCDE⁴ estes equipamentos, de cuidados à criança, funcionam por longos períodos diários, pelo facto de cada vez mais existirem mães com filhos pequenos que trabalham a tempo inteiro (DGEEP, 2004).

No que refere aos equipamentos de creche, estes constam nas normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos, sendo destacados como equipamentos de solidariedade e segurança social.

A programação destes equipamentos deve obedecer a alguns requisitos. Segundo a DGOTDU há que ter em conta a área de influência, a população base, critérios de programação, critérios de dimensionamento e critérios de localização. O quadro A.1 (em anexo) exemplifica as exigências necessárias para que seja possível dar resposta, no âmbito desta valência. De entre elas salienta-se o facto do critério de programação que tem em conta a percentagem de mão-de-obra feminina, a taxa de natalidade e taxa de mortalidade infantil. O critério de dimensionamento refere o número mínimo e máximo de crianças, no equipamento, bem como a área em metros quadrados necessários para cada criança. O critério de localização tem em conta os trajectos casa/creche e local de trabalho dos pais, bem como as acessibilidades para abastecimentos e/ou evacuação, assim como o meio ambiente, de modo a que este não seja poluído, nem estejam perto de fontes de ruído. Relativamente à população,

³ Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

esta tem de estar em número suficiente para que se justifique o equipamento em causa, por outro lado, tratando-se de uma creche, a mesma deverá obedecer a especificidades estabelecidas por lei⁵, ou seja, o espaço terá de estar adequado ao número de utentes, bem como aos recursos humanos disponíveis. Quanto à área de influência, as normas indicadas pela DGOTDU referem-se ao nível da freguesia.

Ao nível local o que é feito para o planeamento de equipamentos educativos, consta no instrumento que foi criado para o efeito – as Cartas Educativas. Embora estas não se debrucem obrigatoriamente sobre as creches, uma vez que as competências das autarquias começam nos jardins-de-infância, não deixa de ser um instrumento com referências úteis, pois as cartas de equipamentos, sejam eles de educação ou outros, fazem um reconhecimento no terreno visando a contribuição que os equipamentos têm para o desenvolvimento social, cooperando para melhorar a qualidade de vida das populações.

As Cartas Educativas tiveram como base principal o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, em que o Artigo 1º advoga que tem por finalidade a carta educativa. O Artigo 10º define o conceito dizendo que:

“a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.”

O Artigo 12º refere o objecto da Carta Educativa, dizendo que a mesma tem por finalidade “a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica (...) de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar.” (Dec-Lei 7/2003).

No que diz respeito a esta matéria, salienta Carneiro para o facto de que os espaços escolares devem “inserir-se ou articular-se, o mais possível, com os outros espaços cívicos, do jardim público à biblioteca municipal, do parque desportivo ao centro cultural” e acrescenta que “todos os elementos do espaço urbano serão devidamente cuidados – no enquadramento paisagístico, na limpeza, na acessibilidade.” (2000:364-365).

Hoje a educação já não é vista como em décadas anteriores, como já foi referido atrás. É preciso ter em conta as necessidades dos pais, uma vez que, na maioria dos casos, estes trabalham os dois fora de casa e, no caso da mãe, muitas vezes, em dupla jornada, bem como as necessidades das crianças e do seu crescimento / desenvolvimento. Um bebé não é visto como um ser que apenas precisa de comer e dormir. O bebé é estimulado, desde cedo a um desenvolvimento saudável e activo, ao nível psicomotor, emocional, social e cognitivo. Daí ser necessário ter em conta não só a programação do equipamento em si, mas também as actividades que nele serão desenvolvidas, de forma a melhor estimular o desenvolvimento da criança.

⁵ A título de exemplo, o Despacho normativo 99/89 de 27/10 e o Decreto-Lei 64/2007 de 14/03, que definem as condições necessárias para se abrir uma creche.

Neste sentido e embora não existam documentos obrigatórios para o planeamento de equipamentos de apoio à primeira infância e estes não tenham a obrigatoriedade de constar nas cartas educativas, esta matéria poderá ser abordada noutros mecanismos, nomeadamente na Rede Social.

Contudo, e dada a importância cada vez maior destes equipamentos, faria sentido que existisse uma carta de apoio aos equipamentos da primeira infância ou que os mesmos fizessem parte integrante nas cartas educativas.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 – Objectivo da Pesquisa

Com o projecto que se apresenta pretende-se saber como se estruturam as necessidades de apoio ao nível da primeira infância no concelho de Torres Novas: se por via de cuidados formais ou se por via dos cuidados informais e neste sentido perceber a importância que o papel dos avós tem como forma alternativa aos cuidados institucionais. Pretende-se, ainda, saber se o papel dos avós deve ser tido em conta quando se planeia um equipamento de resposta a esta faixa etária, ao nível local.

2 – Universo do Estudo

O universo estudado foi constituído por 60 inquéritos⁶, realizados a senhoras gestantes e parturientes, no Centro Hospitalar do Médio Tejo, em consultórios privados de obstetrícia e pediatria e por 20 inquéritos a avós que tomam conta dos netos, a tempo inteiro e até aos três anos. Toda a investigação ocorreu no concelho de Torres Novas.

Ainda, como forma de tornar o estudo mais amplo e perceber ao nível local a posição das Câmaras Municipais relativamente aos equipamentos de apoio à primeira infância, bem como o que se tem feito para apoiar os pais, no que diz respeito à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, realizaram-se inquéritos às autarquias do Médio Tejo (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) e da Lezíria do Tejo (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém), num total de 21 concelhos, por serem as que se enquadram na envolvente, face ao concelho de Torres Novas.

3 – Métodos de Observação

3.1 – Pesquisa Bibliográfica

De modo a explorar as teorias usadas por autores de referência e a enquadrar a problemática, utilizou-se a técnica de observação de documentação escrita bem como o recurso a informação em suporte informático – internet.

3.2 – Inquérito por questionário

A elaboração dos inquéritos por questionário baseou-se na bibliografia consultada e em conversas informais, tidas com potenciais inquiridas que posteriormente participaram no estudo.

Tanto nos inquéritos às senhoras gestantes e parturientes, como nos inquéritos aos avós, foram realizadas entrevistas exploratórias, como forma de averiguar a pertinência das questões, uma vez que estas “contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta” (Quivy, 2008:69), ajustando lacunas.

⁶ Estes inquéritos face à média anual de nascimentos no concelho de Torres Novas, no último quinquénio (2006-2010) têm um peso de 19,4%.

3.3 – Trabalho de Campo

A aplicação dos inquéritos a senhoras gestantes e parturientes realizou-se durante o mês de Maio de 2011 e até à primeira quinzena do mês de Junho de 2011, no Centro Hospitalar do Médio Tejo, na Clínica Meditorres, no consultório de pediatria do Dr. João Bismark do Agro. Os mesmos foram de auto-preenchimento, ou seja, foram preenchidos pelas próprias.

Os inquéritos aos avós foram realizados no mesmo período, na residência dos próprios ou noutra local que indicassem.

No total foram aplicados 73 inquéritos a senhoras gestantes e parturientes e 20 aos avós.

Relativamente aos inquéritos enviados às autarquias do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, estes tiveram como base a análise às Cartas Educativas de cada concelho (as que não se encontravam *online* nos sites das próprias Câmaras Municipais, foram gentilmente cedidas pelas mesmas).

Os inquéritos foram enviados por correio electrónico para as respectivas autarquias para o vereador que tem a seu cargo o respectivo pelouro da educação. Foi solicitado que as respostas fossem remetidas pela mesma via. Foram enviados a 15 de Junho, do corrente ano e aguardou-se até ao final de Agosto pelas respostas. No início de Agosto realizaram-se contactos telefónicos com as autarquias que ainda não tinham respondido, para saber da disponibilidade das mesmas poderem participar no estudo, de forma a torná-lo mais completo. Nalguns desses contactos existiram troca de ideias, relativamente aos equipamentos de apoio à primeira infância, ao papel dos avós e de como estes devem relacionar-se com os netos, nas instituições.

3.4 – Análise dos inquéritos

Após a recolha de todos os inquéritos a senhoras gestantes e parturientes, dos diversos locais onde foram realizados, procedeu-se a uma triagem de modo a averiguar se todas as inquiridas residiam no concelho de Torres Novas, tendo sido excluídos 13 inquéritos. Relativamente aos inquéritos realizados aos avós, não existiu essa triagem, uma vez que foi feita previamente no primeiro contacto.

Assim, a análise incidiu sobre 60 inquéritos a senhoras gestantes e parturientes e a 20 aos avós. Dos inquéritos realizados aos 21 concelhos, obteve-se resposta de 14.

4.4 – Tratamento e análise de dados

Para o tratamento dos dados utilizou-se o programa informático IBM SPSS Statistics 18, procedendo-se à análise de frequências, bem como ao cruzamento de algumas variáveis. Algumas questões não foram tidas em conta na análise devido ao número reduzido de respostas, bem como pelo facto de na versão final do trabalho não se revelarem pertinentes na análise.

CAPÍTULO III – CASO DE ESTUDO

1 – As opções no apoio à primeira infância no caso do concelho de Torres Novas

Na análise que se irá apresentar com os resultados obtidos, pretende-se dar resposta aos objectivos do trabalho, sendo que o primeiro visa perceber junto das gestantes e parturientes como se estruturam as necessidades de apoio à primeira infância ao nível local, ou seja, saber quais as respostas que estas famílias optam por dar aos seus filhos quando acabar a licença parental.

Deste modo, começar-se-á por fazer uma caracterização sócio-demográfica das gestantes e parturientes e de seguida iremos ver como se estruturam as suas famílias para prestar o apoio necessário aos filhos.

Assim, do total das inquiridas verifica-se que as suas idades variam entre os 21 anos e os 43 anos, incidindo em maior número no grupo dos 30 aos 35 anos atingindo os 46,7%, seguido do grupo dos 21 aos 29 anos com 26,7%. Em menor percentagem encontram-se as inquiridas com mais de 40 anos, 6,7%. A média de idades encontra-se nos 32 anos.

Relativamente ao seu estado civil, constata-se que a maioria é casada, das 60 inquiridas 66,7% contraiu matrimónio, 23,3% vive em união de facto e 6,7% das inquiridas são solteiras.

No que às habilitações diz respeito, 16,9% das inquiridas têm até ao 3º ciclo do ensino básico, o ensino secundário representa-se por 40,0% e o ensino superior está representado por 41,7% das inquiridas. Quanto à residência, 46,7% vive na cidade e 53,3% vive fora da cidade, mas no concelho.

		N	%	
Idade	Média de Idades	21 – 29 Anos	16	26,7
		30 – 35 Anos	28	46,7
		36 – 39 Anos	11	18,3
		40 – 43 Anos	4	6,7
		NR	1	1,7
		Total	60	100,0
Estado Civil	Casada	40	66,7	
	União de Facto	14	23,3	
	Solteira	4	6,7	
	NR	2	3,3	
	Total	60	100,0	
Habilitações	Até ao 3º Ciclo Ensino Básico	10	16,9	
	Ensino Secundário	24	40,0	
	Ensino Superior	25	41,7	
	NR	1	1,7	
	Total	60	100,0	
Reside	Cidade	28	46,7	
	Fora da Cidade	32	53,3	
	Total	60	100,0	

Quadro 3.1.1 – Distribuição das inquiridas face à idade, estado civil, habilitações e residência

Relativamente à sua situação profissional, 85% das inquiridas encontram-se inseridas no mercado de trabalho e 13,3% estão desempregadas. Das inquiridas que justificaram o porquê de não estarem no mercado de trabalho, três deve-se ao facto de estarem a estudar, duas porque acabaram o contrato e outras duas justificam por não conseguirem arranjar emprego.

		N	%
Situação perante a profissão	Trabalha	51	85,0
	Desempregada	8	13,3
	NR	1	1,7
	Total	60	100,0

Quadro 3.1.2 – Situação profissional das inquiridas

No que refere ao rendimento líquido mensal do agregado familiar o escalão onde existe maior incidência é entre os mil e os dois mil euros, ou seja, 38,3% das inquiridas vive com esses rendimentos. O escalão seguinte situa-se entre os quinhentos e mil euros com 33,3%.

O rendimento líquido mensal acima dos dois mil euros abrange 16,7% das inquiridas e 10% vive com um rendimento mensal de até quinhentos euros.

		N	%
Rendimento	≤ 500 €	6	10
	501,00 € - 1.000,00 €	20	33,3
	1.001,00 € - 2.000,00 €	23	38,3
	2.001,00 € - 3.500,00€	9	15,0
	≥ 3.5001,00 €	1	1,7
	NR	1	1,7
	Total	60	100,0

Quadro 3.1.3 – Distribuição das inquiridas quanto ao rendimento líquido mensal do agregado

Quando cruzamos estas variáveis, (rendimento, idade e habilitações) o quadro 3.1.4 esclarece-nos onde se centram maioritariamente as inquiridas em cada variável e no seu conjunto. Observando os escalões de rendimentos, verifica-se que a maioria das inquiridas que se encontram no escalão até quinhentos euros, e ao contrário do que se pudesse esperar têm idades compreendidas entre os 21 e 29 anos e com habilitações até ao 3º ciclo do ensino básico, o que revela abandono escolar. Contudo, neste escalão de rendimentos e nesta faixa etária também se depara com duas inquiridas licenciadas que se encontram no mercado de trabalho, uma com a profissão de professora e outra, mas na faixa etária dos 36 aos 39 anos, com a profissão de arqueóloga. Situações estas que revelam um desfaseamento entre a profissão e o vencimento, pois é um rendimento muito baixo para quem tem habilitações superiores e desenvolve trabalho especializado.

A maioria das inquiridas enquadra-se nos escalões seguintes, sendo que as inquiridas com o ensino secundário situam-se, maioritariamente, no escalão de rendimentos entre os quinhentos e mil euros e as que têm como habilitações o ensino superior encontram-se no escalão seguinte, dos mil aos dois mil euros. Facto curioso, e ao contrário do que se esperava inicialmente, a maioria tem habilitações superiores, como se pode averiguar no quadro 3.1.1 (referido atrás), logo a seguir o ensino secundário.⁷

			Idade				Total
			21 - 29	30 - 35	36 - 39	40 - 43	
Até 500,00 €	Até 3ºCiclo Ensino Básico	N	4	0	0	0	4
		%	66,7	0,0	0,0	0,0	66,7
	Ensino Superior	N	1	0	1	0	2
		%	16,7	0,0	16,7	0,0	33,3
	Total	N	5	0	1	0	6
		%	83,3	0,0	16,7	0,0	100,0
De 501,00 € a 1.000,00€	Até 3ºCiclo Ensino Básico	N	0	2	1	2	5
		%	0,0	10,5	5,3	10,5	26,3
	Ensino Secundário	N	5	4	3	1	13
		%	26,3	21,1	15,8	5,3	68,4
	Ensino Superior	N	0	0	0	1	1
		%	0,0	0,0	0,0	5,3	5,3
Total	N	5	6	4	4	19	
	%	26,3	31,6	21,1	21,1	100,0	
De 1.001,00 € a 2.000,00 €	Até 3ºCiclo Ensino Básico	N	1	0	0	0	1
		%	4,3	0,0	0,0	0,0	4,3
	Ensino Secundário	N	0	7	3	0	10
		%	0,0	30,4	13,0	0,0	43,5
	Ensino Superior	N	4	6	2	0	12
		%	17,4	26,1	8,7	0,0	52,2
Total	N	5	13	5	0	23	
	%	21,7	56,5	21,7	0,0	100,0	
De 2.001,00 € a 3.500,00 €	Ensino Superior	N	1	8	0	0	9
		%	11,1	88,9	0,0	0,0	100,0
	Total	N	1	8	0	0	9
		%	11,1	88,9	0,0	0,0	100,0
Mais de 3.501,00 €	Ensino Superior	N	0	1	0	0	1
		%	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
	Total	N	0	1	0	0	1
		%	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0

Quadro 3.1.4 – Cruzamento das variáveis idade, rendimento líquido mensal do agregado e habilitações

⁷ O facto de a amostra estar espartilhado entre as inquiridas que, recorrem ao serviço de saúde público e as que recorreram ao serviço de saúde privado, pode ter contribuído para que o perfil sócio-económico das gestantes e parturientes não seja totalmente representativo da população residente no concelho de Torres Novas.

Quanto às idades, nestes dois escalões de rendimentos, as que têm o ensino secundário estão em maior percentagem nas idades dos 21 aos 29 anos, para o escalão dos quinhentos aos mil euros, embora no total dos graus de ensino face à idade a maioria tenha idades compreendidas entre os 30 aos 35 anos. No escalão entre os mil e os dois mil euros, as idades onde existe maior incidência são entre os 30 e os 35 anos, o ensino secundário representado 30,4% das inquiridas deste escalão e o ensino superior a representar 26,1%, sendo no seu total, neste grupo etário de 56,5%. Nos dois escalões seguintes, dos dois mil aos três mil e quinhentos euros e acima deste valor as inquiridas que se encontram neste escalão, todas têm o ensino superior e com idades compreendidas entre os 30 e os 35 anos.

As inquiridas com idades superiores aos 40 anos não ultrapassam rendimentos para além dos mil euros, contudo são agregados compostos por casal com filhos. Situações estas que revelam fragilidades no seu orçamento, pois se tivermos em conta encargos com a habitação, alimentação e todas as despesas de necessidades básicas, o rendimento per capita é notavelmente reduzido.

O quadro A.4 do anexo revela-nos algumas das fragilidades dos agregados familiares. Ao cruzar as variáveis rendimento, composição do agregado familiar e idade é possível ter um panorama das fragilidades que estas famílias possam sentir. A título de exemplo, e ainda no escalão de rendimentos dos quinhentos a mil euros, 50% das inquiridas que se encontra neste escalão, a composição do agregado familiar é constituída pelo casal com filhos, situação que se encontra em todas os grupos etários.

Na sua globalidade, as inquiridas situam-se nos escalões intermédios, ou seja, no escalão dos quinhentos aos mil euros e no escalão seguinte, dos mil aos dois mil euros. Também, na sua maioria na situação de casal com filhos.

Nos escalões mais altos, são estão em minoria e as idades centram-se no grupo dos 30 aos 35 anos. Encontram-se situações da composição do agregado familiar ser constituído só pelo casal (quadro A.4 – anexo).

No que refere à composição das famílias e por quantos elementos são constituídas, o quadro 3.1.5 faz referência a estes elementos, constatando-se que as famílias são constituídas essencialmente pelo casal com filhos.

Segundo as inquiridas 36,7% dos agregados familiares são compostos pelo casal, 55% pelo casal com filhos e 8,3% refere-se a outras situações, como por exemplo mãe solteira que vive com os pais. O quadro A.2 (anexo) informa a composição dos agregados familiar por número de pessoas. De referir que para 51,7% das inquiridas este é o primeiro filho. Destas 16,1% já teve o bebé, conforme quadro A.3 do anexo, e num caso a inquirida não respondeu se o bebé já tinha nascido ou em quantas semanas de gestação tinha.

Das inquiridas que responderam não ser o primeiro filho, 48,3% já tem um filho e 44,8% tem dois filhos. Do total das inquiridas, uma tem três filhos e outra tem quatro filhos. Quando se pergunta

se a gravidez foi planeada, 76,7% responde que sim. Do total das inquiridas 36,7% pensa ter mais filhos, contra os 61,7% que não planeia ter mais filhos.

		N	%
Composição do agregado familiar	Só casal	22	36,7
	Casal com filhos	33	55,0
	Outras situações	5	8,3
	Total	60	100,0
Primeiro filho	Sim	31	51,7
	Não	29	48,3
	Total	60	100,0
Se não é o 1º filho, quantos tem	1	14	48,3
	2	13	44,8
	3	1	3,4
	4	1	3,4
	Total	29	100,0
Gravidez planeada	Sim	46	76,7
	Não	14	23,3
	Total	60	100,0
Pensa ter mais filhos	Sim	22	36,7
	Não	37	61,7
	NR	1	1,7
	Total	60	100,0

Quadro 3.1.5 – Distribuição das inquiridas quanto às dinâmicas familiares

No que se refere ao apoio que estas mães irão ter quando terminar a licença parental, o quadro seguinte revelam-nos que 45% das inquiridas irão deixar os seus bebés com os avós, 36,7% respondem que os filhos ficarão ao cuidado das creches. Existem também referência às amas com 10%. No que refere às mães que ficam em casa com os filhos, estas representam uma percentagem de 6,7. Apenas 1,7% referência outro tipo de apoio para criança, mas prestado por familiar. Sendo visível a preferência pelas ajudas informais prestadas pela família, nos cuidados à primeira infância.

	Avós	Creche	Ama	Mãe	Tia	Total
N	27	22	6	4	1	60
%	45,0	36,7	10,0	6,7	1,7	100,0

Quadro 3.1.6 – Onde vai ficar o bebé

No que refere à decisão da escolha do local, a figura 3.1.1 informa-nos quanto às razões das suas opções. Nesse sentido temos 34,5% das inquiridas, que responderam a esta questão, irão deixar os seus filhos com os avós pela disponibilidade dos mesmos e porque deste modo ficam mais

descansados ao longo do dia. O que nos dias que correm é uma mais-valia saber que crianças desta terna idade, têm cuidados mais personalizados. A justificação de terem boas referências ou confiança aonde vão deixar a criança diz respeito essencialmente às creches e às amas com 25,5%. A proximidade do local de trabalho também entra em linha de conta quanto à decisão da escolha do local, tendo um peso de 14,5%, uma vez que cada vez mais se torna necessário conjugar a vida familiar com a vida profissional. Por razões profissionais tem um peso de cerca de 9%. A referência a “outros” deve-se ao facto da diversidade de respostas, mas com peso residual. Dentro deste grupo estão as mães que ficarão em casa com os filhos, mas também respostas como “falta de alternativa” (inquirida 13), em que irá deixar o seu filho numa ama. A inquirida 54, por exemplo, deixa com a avó por questões económicas. Justificação da indisponibilidade dos avós é referenciada pela inquirida 48. Estes dados encontram-se mais detalhados no quadro A.6 do anexo.

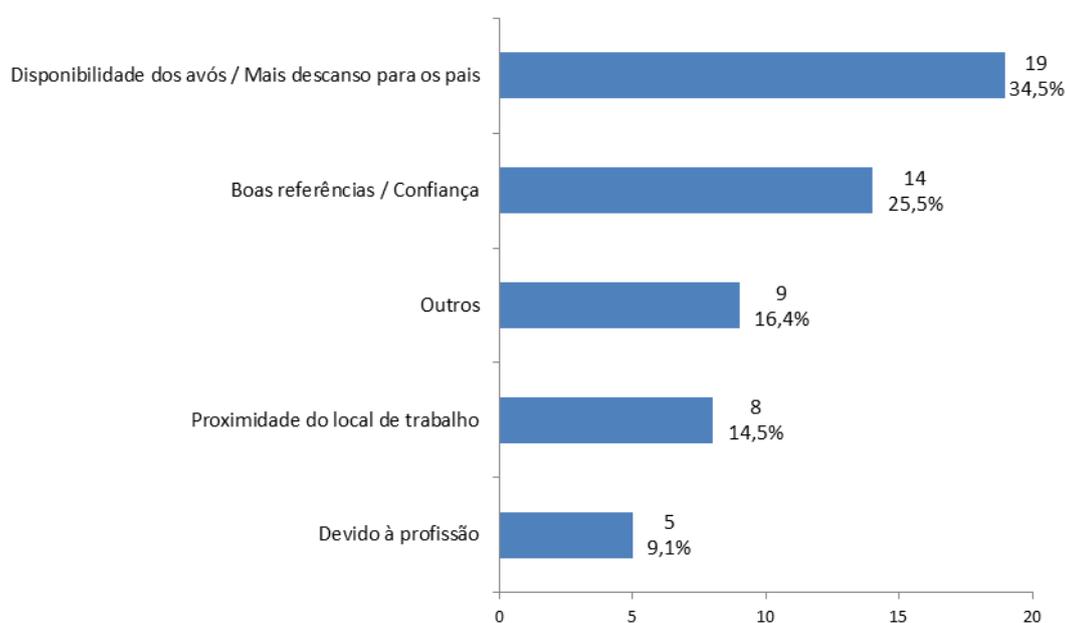


Figura 3.1.1 – Razões que levam à escolha do local para deixar os bebés

Pelo que é possível averiguar, as escolhas para os cuidados às crianças que se encontram na primeira infância recaem sobre os avós. Uma das razões poderá ser a falta de capacidade financeira destas famílias, para colocar o filho na creche, e nalguns casos será certamente. Contudo ao cruzar-se as variáveis rendimento, habilitações e com quem estas mães irão deixar os seus filhos (quadro A.5 do anexo) é possível averiguar que as ajudas prestadas pelos avós são transversais face às habilitações das inquiridas, bem como aos rendimentos líquidos mensais dos agregados familiares, pois verifica-se que os avós estão na linha da frente, face às ajudas solicitadas.

É curioso verificar que, as inquiridas com habilitações ao nível do ensino superior, recorre em número igual ao apoio dos avós e ao apoio da creche. Face aos rendimentos, quem está no escalão dos

mil aos dois mil euros, recorre em dobro às ajudas dos avós face ao apoio da creche. Quem está no escalão superior, recorre igualmente à ajuda dos avós, embora em menor número. O que leva a crer que, sempre que possível, e independentemente das habilitações e/ou dos rendimentos, os pais preferem recorrer ao apoio familiar, do que ao apoio institucional. Embora não considerem o apoio institucional de somenos importância, mas atendendo à idade dos filhos e à sua fragilidade de ser humano, o papel dos avós é, como já referido anteriormente, primordial. Estes resultados, opõem-se, de certo modo à teoria de Gomes-Pedro, isto é, não são só as classes mais desfavorecidas que procuram as ajudas informais dos avós, estas ajudas, na primeira infância, são transversais às diferentes classes sociais, neste concelho.

Deste modo e em resposta ao primeiro objectivo deste trabalho, verifica-se que a forma mais usual destas famílias se estruturarem, para dar apoio aos seus filhos é recorrendo maioritariamente às ajudas informais da família, sendo que o maior peso incidirá na ajuda directa prestada pelos avós. As ajudas informais no seu total atingem os 53,4% (quadro 3.1.6). As ajudas formais são divididas entre a creche e as amas, sendo que a creche é a opção para a maioria, que recorre a este tipo de ajuda.

2 – O papel dos avós no apoio à primeira infância no concelho de Torres Novas

Tal como os resultados demonstraram no ponto anterior, o papel dos avós, através das ajudas que estes podem dar, é fundamental para as inquiridas, para ter quem tome conta dos seus filhos, bem como para que as crianças tenham cuidados mais personalizados.

Assim, e como forma de responder ao segundo objectivo pretende-se perceber a importância do papel dos avós nas ajudas informais de apoio à primeira infância e as razões para estas ajudas, tanto por parte dos avós, como por parte dos pais que procuram essencialmente o apoio dos avós.

Deste modo, far-se-á primeiramente a caracterização dos avós inquiridos e de seguida tentaremos perceber a importância que estes atribuem às ajudas que prestam nos cuidados aos netos, bem como a opinião das inquiridas sobre estas ajudas.

Como se pode verificar os vinte avós inquiridos têm idades compreendidas entre os 50 anos e os 76 anos, sendo que a sua maioria se encontra, ainda, em idade activa. Por outro lado, existem avós que, apesar da sua idade já um pouco avançada (15%), tomam conta dos netos. A média destas idades é de 63 anos.

Idade	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	75 - 79	Total
N	1	7	5	3	1	3	20
%	5,0	35,0	25,0	15,0	5,0	15,0	100,0
Média de idades dos avós				62,85			

Quadro 3.2.1 – Idade dos avós

No que refere à escolaridade, os avós têm, na sua maioria (70%) a 4ª classe, que diz respeito a 14 casos. Três casos têm habilitações como o 12º ano, o curso de formação geral do comércio e o curso do magistério primário, representado 15% dos avós. Ou seja, 85% dos avós têm como habilitações literárias até ao 1º ciclo do ensino básico, isto é, o ensino primário à época.

Relativamente à situação profissional, 60% destes avós tiveram actividade profissional e no momento encontram-se em situação de aposentados. 30% dos avós inquiridos não tiveram actividade profissional e 10% destes avós, ainda trabalham. As avós que trabalham referem-se a dois casos, em que uma avó trabalha em casa, sendo possível tomar conta da neta a tempo inteiro e a outra avó faz umas horas à noite, tendo como principal tarefa tomar conta da neta durante o dia. O facto de estes avós se encontrem (alguns) fora do mercado de trabalho e outros não terem exercido uma profissão permite que tenham disponibilidade para tomar conta dos netos a tempo inteiro. Podendo deste modo dar o apoio que os netos carecem e os pais apreciam.

Face à diversidade de freguesias do concelho, quanto à residência dos avós, optou-se por agregar as mesmas em residência na cidade e fora da cidade. Assim, 60% dos avós residem fora da cidade e os restantes 40% na cidade.

		N	%
Escolaridade	2ª Classe	1	5,0
	3ª Classe	2	10,0
	4ª Classe	14	70,0
	12º Ano	1	5,0
	Curso de Formação Geral do Comércio	1	5,0
	Curso do Magistério Primário	1	5,0
	Total	20	100,0
Profissão	Trabalha	2	10,0
	Doméstica	6	30,0
	Aposentada/o	12	60,0
	Total	20	100,0
Reside	Fora da cidade	12	60,0
	Cidade	8	40,0
	Total	20	100,0

Quadro 3.2.2 – Caracterização sócio-demográfica dos avós

O quadro seguinte representa a distribuição dos avós face aos motivos que os levam a tomar conta dos netos. Dos vinte inquiridos, apenas uma avó não tomou sempre conta dos netos, embora o faça no momento. Relativamente aos principais motivos que os avós apontam pelo facto de estarem a tomar conta dos netos, 31,6% dos inquiridos que responderam sim, fazem-no por opção e pela disponibilidade, 26,3% referem igualmente a ajuda financeira e o facto de os pais não terem onde colocar os seus bebés, sendo que neste grupo está incluído a falta de vaga na creche, bem como os que nem consideraram a creche face aos horários laborais alargados, aquando do final da licença parental.

De salientar que 15,8% destes avós, não quiseram que os seus netos ficassem ao cuidado de terceiros, que não os mesmos, dando especial importância ao seu papel nos cuidados primários nesta fase da vida, quer dos netos, quer dos pais, que ou estão a adaptar-se ao seu papel de pais ou a adaptar-se a mais um membro na família.

		Sempre tomou conta dos netos	
		Sim	
Porquê	Por opção/disponibilidade	N	6
		%	31,6
	Como ajuda financeira	N	5
		%	26,3
	Porque os pais não tinham onde deixar o bebé	N	5
		%	26,3
	Para que os netos não ficassem ao cuidado de terceiros	N	3
		%	15,8
	Totais	N	19
		%	100,0

Quadro 3.2.3 – Distribuição dos avós pelos motivos que levam a tomar conta dos netos

As razões apontadas, pelas quais os avós estão actualmente a tomar conta dos netos são, na sua maioria, a disponibilidade dos mesmos, o facto dos avós se sentirem mais activos, a vontade de ajudar na educação dos netos, por terem sempre tomado conta de todos os netos e os pais terem um horário laboral mais alargado. Em menor percentagem apontam o orçamento familiar ser reduzido, os pais trabalharem por turnos e o facto de os netos não terem vaga na creche.

Dos avós inquiridos é de salientar que só uma avó tem apenas uma neta. Os demais têm na sua maioria entre dois e três netos. Quatro avós têm quatro netos, uma tem cinco netos e outra tem seis. Dados apresentados no anexo (figura A.1). Podemos ter em conta que estes avós além de terem poucos netos, os mesmos encontram-se com idades distintas, não se cruzando em simultâneo na casa dos avós e com necessidade dos mesmos cuidados, estando os avós mais disponíveis para a dedicação total ao neto que têm a seu cargo durante o horário laboral dos pais.

	Sim		Não		Total
	N	%	N	%	%
Tenho disponibilidade	20	100,0	0	0,0	100,0
Sinto-me activa/o a fazê-lo	20	100,0	0	0,0	100,0
Os pais têm um horário laboral alargado	14	70,0	6	30,0	100,0
Os pais trabalham por turnos	4	20,0	16	80,0	100,0
Não teve vaga na creche	3	15,0	17	85,0	100,0
O orçamento familiar é reduzido	6	30,0	14	70,0	100,0
Quero ajudar na educação do/a neto/a	18	90,0	2	10,0	100,0
Tomei conta de todos os netos	18	90,0	2	10,0	100,0

Quadro 3.2.4 – Distribuição dos avós quanto ao porquê de estar a tomar conta do neto/a

Junto das gestantes e parturientes quis-se perceber o que estas pensam sobre o papel dos avós e as suas opiniões incidem, maioritariamente, na resposta de “Importante/Fundamental no apoio familiar” com 83,3%. Havendo quem entenda como um papel “importante como apoio adicional” – 11,7%, ou seja, estas inquiridas entendem o papel dos pais como o essencial na educação dos filhos, não dando especial primazia ao papel dos avós. Ainda assim, e pelo que se pode observar, as ajudas dos avós são essenciais no apoio à primeira infância da criança. Não sendo de estranhar, que a teoria saliente o facto de os avós serem as principais formas de apoio quando nascem os netos, tanto pelo sua experiência de vida, como pela inexperiência, muitas vezes, dos pais, principalmente quando estes são pais pela primeira vez.

	N	%
Importante/Fundamental no apoio familiar	50	83,3
Importante como apoio adicional	7	11,7
Maior protecção à criança	2	3,3
NR	1	1,7
Total	60	100,0

Quadro 3.2.5 – O que pensa do papel dos avós

Quando questionadas se os avós devem ou não participar de forma activa na educação dos netos a resposta não deixa dúvidas, pois 70,0% das que respondem sim, justificam-no. As razões apontadas são o facto de os avós terem mais experiência nos cuidados à criança (36,7%), e a transmissão de saberes e regras (28,3%). Cinco por cento dizem que os avós devem ter um papel

activo na educação dos netos, mas com moderação, ou seja, as vontades dos pais não devem ser sobrepostas pelas vontades/opiniões dos avós. As inquiridas que responderam não e justificaram (11,7%), argumentam como sendo uma tarefa pertencente aos pais – educar os filhos.

Quando se coloca a questão em que medida os avós contribuem para o bem-estar dos netos, as inquiridas referem como contributo essencial a ajuda no desenvolvimento da criança (28,3%), logo de seguida o carinho e a dedicação (21,7%), a transmissão de valores e a sua disponibilidade (ambos com 10%) como essenciais ao bem-estar dos seus filhos – os netos (dados referenciados no quadro A.7 do anexo).

		Sim		Não		NR	Total	
		N	%	N	%	N	N	%
Porquê	Mais experiência nos cuidados à criança	22	44,0	0	0,0	0	22	36,7
	Transmissão de saberes e regras	17	34,0	0	0,0	0	17	28,3
	Com moderação	3	6,0	0	0,0	0	3	5,0
	Tarefa dos pais	0	0,0	7	77,8	0	7	11,7
	NR	8	16,0	2	22,2	1	11	18,3
	Total	50	100,0	9	100,0	1	60	100,0

Quadro 3.2.6 – Razões pelas quais os avós devem participar de forma activa na educação dos netos

Quando se observa as respostas das inquiridas face aos motivos pelos quais os netos não irão ficar à guarda dos avós, as razões prendem-se com a distância dos avós, cerca de 36% e porque se encontram, ainda, no mercado de trabalho, com cerca de 32%. O que vai de encontro ao que foi dito anteriormente, ou seja, embora os avós sejam uma ajuda fundamental no apoio familiar, muitas vezes não é possível dar essas ajudas de forma mais directa. As razões podem ser várias, como por exemplo, os avós entram neste papel ainda muito jovens e por isso estão em idade activa (até aos 65 anos), outro factor poderá ser pelo facto de estas mães serem, algumas, relativamente jovens, face à média nacional para ser mãe, que se encontra nos 28,6 anos (dados INE, 2009). Há quatro décadas atrás esta questão não se colocava com a mesma intensidade, uma vez que a mulher mãe encontrava-se em casa a tomar conta do lar bem como as avós, podendo mais facilmente dar o apoio necessário aos filhos e netos.

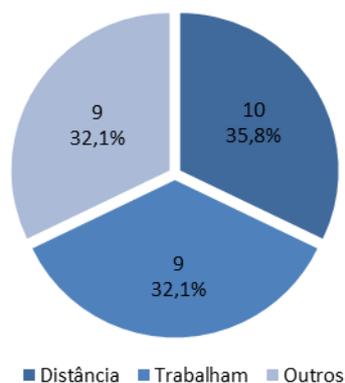


Figura 3.2.1 – Razões pelas quais os netos não ficam com os avós

Faz-se referência a “outros”, uma vez que, e embora abranja cerca de 32% das respostas, contém diversas respostas, de percentagem residual, para os netos não ficarem ao cuidados dos avós, como a idade avançada dos mesmos, situações de doença ou pelo facto de as mães estarem desempregadas e nesse sentido ficam elas com os próprios filhos. Há quem refira o facto de preferir que o filho esteja num espaço indicado de modo a socializar desde muito cedo com os seus pares – as crianças.

Como se pode constatar, na análise aos resultados, tantos os pais como os avós, entendem as ajudas prestadas pelos avós como uma forma de ter os seus filhos/netos bem entregues, durante o período laboral dos pais e ao mesmo tempo ficam mais descansados, porque sabem que os filhos têm alguém de confiança e a quem reconhecem capacidade e competência para tomar conta, passando ao mesmo tempo valores e tradições familiares. Este apoio dos avós é bastante valorizado pela maioria dos pais, principalmente nesta idade da primeira infância, pois se possível fosse, do universo das inquiridas, a maioria colocaria os seus bebés entregues aos cuidados dos avós.

Contudo, nem a todos os pais é possível recorrer às ajudas dos avós, pelas razões já apontadas, tendo que se valer do apoio institucional.

3 – Contributos para o planeamento de equipamentos de apoio à primeira infância

Neste ponto pretende-se perceber como o apoio prestado pelos avós deverá ser tido em conta, quando se desenvolver um exercício de apoio ao planeamento de equipamentos de apoio à primeira infância ao nível local.

Nesse sentido apresentar-se-ão, primeiramente, os resultados dos inquéritos realizados às autarquias para saber qual o envolvimento das mesmas, no que à primeira infância diz respeito, como são desenvolvidas as ajudas prestadas ao nível local e de que forma o papel dos avós deverá ou não ser contemplado no planeamento de apoio à primeira infância.

Numa fase preambular ao inquérito enviado às autarquias, realizou-se uma análise das cartas educativas dos concelhos da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, para saber se e como as autarquias

abordam a primeira infância. Verificou-se, então, que os concelhos da Lezíria do Tejo, com excepção do concelho da Golegã abordam a primeira infância informando quanto ao número de creches existentes e/ou quanto ao número de salas disponíveis para esta faixa etária. Neste conjunto de concelhos e apesar das Cartas Educativas não terem a obrigatoriedade desta abordagem, a temática não passou despercebida. Relativamente aos concelhos do Médio Tejo, a matéria em questão não foi uma prioridade, no que diz respeito à sua abordagem nas Cartas Educativas, apenas Abrantes e Alcanena mencionam a valência creche.

No que diz respeito à primeira infância, o poder local tem um papel pontual. Para este facto, contribui a não obrigatoriedade⁸ das autarquias contemplarem nas suas Cartas Educativas os equipamentos educativos que abranjam crianças desta faixa etária, remetendo essa responsabilidade para equipamentos a partir do jardim-de-infância.

Como forma de perceber como as autarquias abordam esta temática e que medidas são tomadas ao nível local, realizaram-se os inquéritos que deram origem aos resultados que se seguem.

Relativamente ao processo de planeamento específico de apoio à primeira infância, a maioria das autarquias realizou esse planeamento, ou seja, segundo os resultados 85,7% das autarquias, que responderam ao inquérito, têm esse planeamento feito, contra 14,3% das autarquias que não o fazem.

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Médio Tejo	5	83,3	1	16,7	6	100,0
Lezíria do Tejo	7	87,5	1	12,5	8	100,0
Total	12	85,7	2	14,3	14	100,0

Quadro 3.3.1 – Distribuição das autarquias face à utilização de processo de planeamento específico para o apoio à 1ª infância

No que refere ao documento base que é elaborado para o efeito, o quadro seguinte indica-nos que três concelhos têm apenas a Carta Educativa como forma de planear a primeira infância. Em sete concelhos utilizam a Carta de Equipamentos Sociais e/ou o Plano de Desenvolvimento Social, sendo a sua distribuição de 14,3% e 85,7% pelos concelhos do Médio e Lezíria do Tejo, respectivamente. A referência que se faz a “outros” deve-se às respostas como, por exemplo, a utilização dos censos, ou dados do registo civil ou, ainda, as juntas de freguesia para saber a população existente e que respostas serão necessárias dar – solução que apenas traduz a auscultação das necessidades.

⁸ O Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro, que tem por objectivo a elaboração das Cartas Educativas e no número 2 do artigo 4º refere quais as competências do conselho municipal de educação, sendo a sua área de intervenção a partir dos equipamentos do ensino pré-escolar; o artigo 15º define os princípios gerais do ordenamento da rede educativa, (tendo como base Lei de Bases do Sistema Educativo), considerando a educação pré-escolar como a primeira fase da educação básica.

	Médio Tejo		Lezíria Tejo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Carta Educativa	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Carta Equipamentos Sociais / Plano Desenvolvimento Social	1	14,3	6	85,7	7	100,0
Outros	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Total	6	42,9	8	57,1	14	100,0

Quadro 3.3.2 – Distribuição pelas autarquias Médio Tejo / Lezíria do Tejo face à forma de planeamento específico para o apoio à 1ª infância

Quando interrogadas acerca de políticas públicas para o incentivo à natalidade e de apoio à família, em especial na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, 71,4% das autarquias inquiridas responde que tem adoptado este tipo de medidas. Contudo, 28,6% diz não o fazer, justificando pelo facto de serem concelhos relativamente jovens e não terem sentido necessidade de promover essas respostas, ou porque as IPSS e/ou o sector privado conseguem dar uma resposta satisfatória aos munícipes.

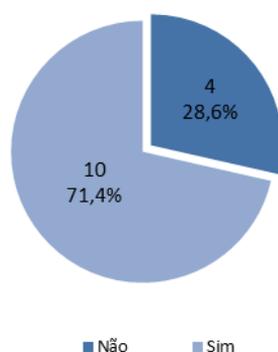


Figura 3.3.1 – Adopção por parte das autarquias de políticas públicas de incentivo à natalidade, apoio à família e conciliação de trabalho e guarda dos filhos

Relativamente ao tipo de apoio prestado, 80%, das autarquias que respondeu que presta apoio, criou actividades com prolongamento de horário como forma de dar respostas para as crianças cujos pais e/ou outros familiares, como por exemplo os avós, não podem ir buscar mais cedo, sendo esta a resposta mais comum, por parte das autarquias, para manter as crianças ocupadas até à chegada dos pais. No entanto para aumentar a cobertura de respostas, 20% promoveu a abertura de novas creches ou novas salas. Ou seja, do total das autarquias que responderam ao inquérito 28,6% não presta qualquer tipo de apoio e 71,4% toma medidas de apoio à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, facilitando a vida das famílias.

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não prestam qualquer apoio	0	0,0	4	100,0	4	28,6
Actividades/Prolongamento horário	8	80,0	0	0,0	8	57,1
Abertura de creches ou novas salas	2	20,0	0	0,0	2	14,3
Total	10	100,0	4	100,0	14	100,0

Quadro 3.3.3 – Distribuição das autarquias consoante os apoios

No que diz respeito à tomada de medidas recentes quanto ao planeamento de equipamentos de apoio à primeira infância, as respostas das autarquias revelam que as mesmas têm quantificado as carências para este tipo de equipamento com 85,7% e que 14,3% não têm estes elementos. Quanto à elaboração da Carta de Equipamentos Sociais para a primeira infância e espaços (terrenos/edifícios) afectos ou reservados para futuros equipamentos, os resultados apresentados espelham que 50% das autarquias elaborou a Carta de Equipamentos Sociais e tem reservas para respostas futuras e que 50% não têm. Sendo que as que não têm deveriam considerar a temática na sua agenda, uma vez que o Estado considera fundamental, regula e promove subsídios para o efeito.

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Elaborou Carta de Equipamentos Sociais para a 1ª infância	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Tem quantificado as carências para este tipo de equipamento	12	85,7	2	14,3	14	100,0
Tem espaços (terrenos/edifícios) afectos ou reservados para futuros equipamentos	7	50,0	7	50,0	14	100,0

Quadro 3.3.4 – Distribuição das autarquias pelas medidas tomadas, recentemente, face ao planeamento de equipamentos de apoio à 1ª infância

Quanto aos apoios que as autarquias prestam ao nível dos investimentos feitos para apoiar a primeira infância, referem-se a criação de creches (41,7%) e 25% deu apoio aos equipamentos existentes, no que à sua manutenção diz respeito. Cerca de 33% não fez qualquer investimento.

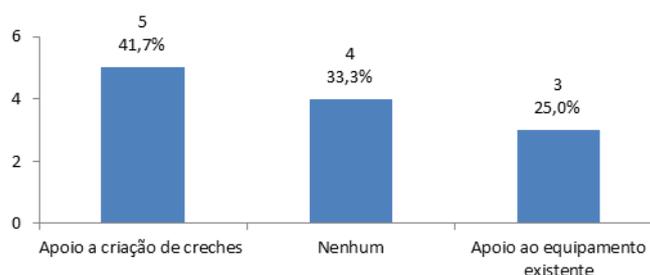


Figura 3.3.2 Investimentos das autarquias nos últimos dois anos

Nos investimentos que prevêem fazer, 50%, das autarquias que responderam, prevê apoiar novos equipamentos e/ou a manter os equipamentos existentes e os outros 50%, no momento não tem nada previsto para o efeito.

Das catorze autarquias que responderam ao inquérito, duas não responderam a nenhuma destas questões.

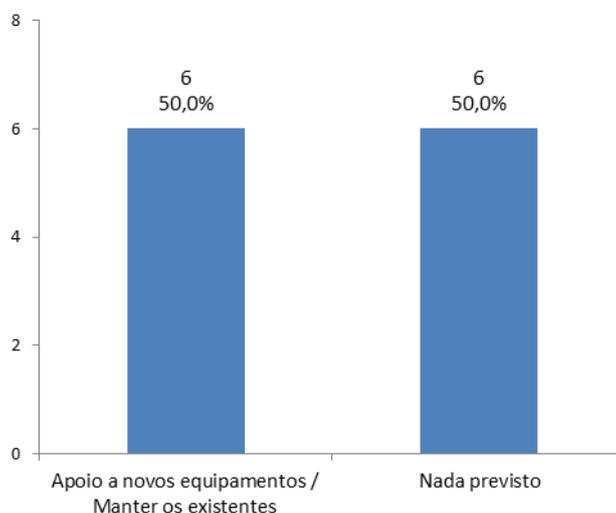


Figura 3.3.3 – Previsão de investimentos das autarquias nos próximos dois anos

Verifica-se então que as autarquias vão prestando apoio consoante ele é solicitado. Este tipo de apoio tanto pode ser ao nível financeiro e/ou técnico (64,3%), como em ajudas pontuais, que são solicitadas às autarquias e estas tentam dar resposta tanto quanto possível (21,4%). Cerca de 14% não presta qualquer apoio.

Salienta-se, como já referido atrás, que alguns concelhos têm população muito jovem e a oferta do sector privado, ao nível destes equipamentos, consegue dar as devidas respostas sem que seja necessário recorrer ao apoio local, bem como existe o inverso, ou seja, concelhos com grande percentagem de população envelhecida e por esse facto a prioridade local reverta para outro tipo de valências.

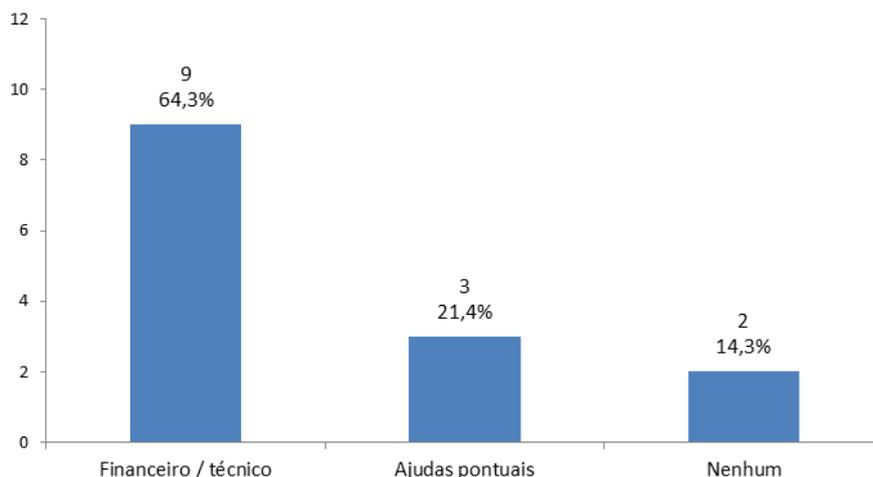


Figura 3.3.4 – Tipo de apoios, aos equipamentos, prestados pelas autarquias, relacionados com a 1ª infância

No que concerne aos critérios e modalidade de financiamento, as respostas são de que cerca de 33% das autarquias que responderam a esta questão não utiliza critérios de financiamento, tentam dar resposta de acordo com as solicitações feitas. Os subsídios, sejam eles anuais, mensais ou pontuais, representam cerca de 44% das respostas dadas. A justificação em “outros”, prende-se com respostas distintas. Uma autarquia toma como critério o número de inscritos e outra utiliza o critério da igualdade. Do total das autarquias que responderam ao inquérito, cinco não se pronunciaram sobre esta questão.

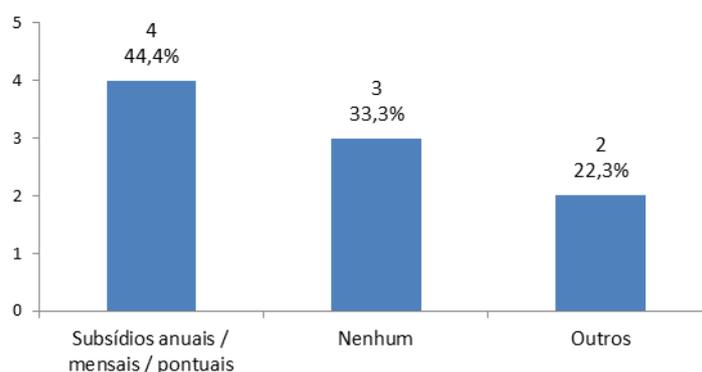


Figura 3.3.5 – Critérios e modalidades de financiamento

As figuras seguintes dizem respeito à existência de creches propriedade da autarquia ou que sejam co-financiadas pela mesma e à existência de outros financiamentos. Sendo que a esmagadora maioria respondeu que não tem creches da autarquia ou co-financiadas, cerca de 71%. E das que responderam que sim, uma refere-se a creches municipais e as restantes ao apoio que a autarquia oferece (28,6%). Relativamente à existência de outros financiamentos, onde também aqui a

esmagadora maioria responde que não existem outros financiamentos 83,3%. São referidos os financiamentos da administração central com 16,7%.

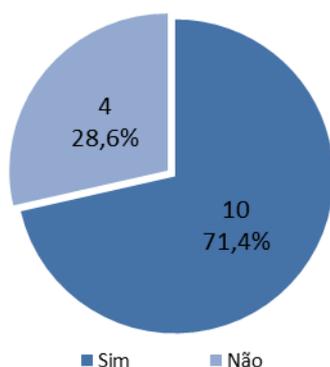


Figura 3.3.6 – Existência de creches propriedade da autarquia ou co-financiada pela autarquia

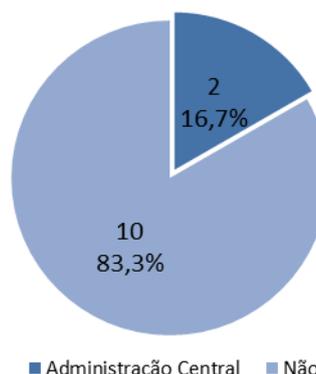


Figura 3.3.7 – Existência de outros financiamentos

No caso do concelho de Torres Novas, a primeira infância não foi abordada na Carta Educativa, tendo sido considerada prioridade no Diagnóstico Social de 2004 e no Plano de Desenvolvimento Social para os anos de 2005 a 2008. Em 2010 e 2011, não constituiu prioridade de intervenção, pelo facto dos parceiros considerarem que actualmente o concelho está abrangido por um conjunto de equipamentos sociais e de educação, que dão resposta às necessidades sentidas nesta área específica.⁹

Face aos resultados apresentados, verifica-se que a primeira infância, ainda não entra com especial destaque na agenda das autarquias. Contudo, justifica-se que haja um processo de planeamento, na medida em que as autarquias prestam serviço público aos equipamentos educativos para a primeira infância, através das IPSS e deste modo devem antecipar as necessidades futuras. Num exercício desta natureza dar-se-ão respostas que versem sobre as carências, efectivas, da população.

Quanto ao papel dos avós, estes devem fazer parte desse processo. Como se verificou, nos resultados anteriores, os avós são a primeira opção para 45% das inquiridas, o que significa que dão resposta a quase metade da população inquirida. Entendemos nós que num futuro próximo esta situação tende a não se alterar, no entanto, esta tendência poderá sofrer um revés, a longo prazo, uma vez que a idade da reforma está a aumentar e os avós poderão não estar disponíveis como outrora, não lhes sendo possível dar apoio aos netos, nos seus primeiros anos de vida.

Salienta-se, o facto de a população estar a envelhecer e existir, como se tem vindo a acentuar, uma baixa natalidade, mas também este cenário poderá mudar num futuro próximo. Ora se a natalidade aumentar e os avós deixarem de poder prestar apoio aos netos, a ausência de respostas para a primeira infância far-se-ão sentir na população, criando problemas ao nível local.

⁹ Informação obtida nos instrumentos de diagnóstico social, aprovados em plenário do Conselho Local de Acção Social de Torres Novas.

CONCLUSÕES

Em resposta aos objectivos propostos do trabalho realizado e face aos resultados obtidos da pesquisa efectuada, apresentam-se as conclusões retiradas da análise dos dados.

No que se refere à forma como as senhoras gestantes e parturientes se estruturam para satisfazer as necessidades de apoio à primeira infância, estas mães irão recorrer, maioritariamente, às ajudas informais, em particular ao apoio dos avós, uma vez que consideram estas ajudas fundamentais nos primeiros anos de vida do bebé, não só para uma melhor protecção da criança, que ainda é muito pequena para estar o dia inteiro fora do ambiente familiar, mas também pela sua condição frágil de ser humano. Face a situações de desemprego algumas destas futuras mães irão ficar com os filhos em casa, não sendo necessário despender do seu orçamento familiar para investimento nos cuidados formais e tendo ainda os avós por perto, para ajudas pontuais ou sempre que solicitadas.

Contudo, nalguns casos, será necessário recorrer ao apoio institucional, uma vez que alguns dos avós estão distantes ou encontram-se no mercado de trabalho, não deixando outra alternativa aos pais senão a creche. Ainda assim, as opções destas mães ou futuras mães revelaram claramente que o apoio prestado pelos avós é fulcral para os primeiros anos de vida dos seus filhos.

Como alternativa principal surge a creche, sendo por isso estas duas vias as principais formas de apoio que as famílias terão.

No entanto é o apoio dos avós que primeiro é chamado para ajudar nos cuidados para os netos. É uma opção transversal à situação económica das inquiridas. E os resultados deste projecto apontam nesse sentido, uma vez que os pais recorrem às ajudas dos avós sempre que possível, independentemente do rendimento do agregado familiar. Nalguns casos será uma forte ajuda porque os rendimentos são baixos ou pela falta de vaga numa creche, mas noutros é a primeira opção, não tendo sido questionadas outras alternativas, por parte dos pais.

Mas esta opção não difere das escolhas dos avós. Também os avós, desde que tenham disponibilidade de tempo, preferem ficar com os seus netos entregues aos seus cuidados, do que sabê-los aos cuidados de uma instituição. Pois entendem o seu papel como fundamental para prestar ajuda, tanto para a educação e desenvolvimento dos netos, mas também, eventualmente, como apoio financeiro e mais tranquilidade para os pais. Ainda que no início tenham que reorganizar as suas vidas para adaptá-las aos horários dos netos, rapidamente percebem que foi uma excelente opção dos pais e dos avós, em benefício dos netos, mas também, e em simultâneo, na promoção das relações intergeracionais entre eles.

No que ao planeamento de equipamentos educativos com a valência creche, diz respeito, é claramente pertinente que os avós entrem em linha de conta. No universo estudado, em relação às escolhas das mães ou futuras mães, o peso que tem a opção de colocar os filhos aos cuidados dos avós não deve ser negligenciável, pois essa opção atinge 45%, o que significa que os avós dão resposta a quase metade das necessidades, da população inquirida. Se tivermos em conta outras ajudas pela via

familiar, este valor aumenta, o que quer dizer que as ajudas informais cobrem mais de metade desta população inquirida.

Se os avós e as ajudas informais são a principal resposta de apoio à primeira infância, têm de ser tidos em conta para um eficiente exercício de planeamento, para que se consiga abranger a população necessitada de recorrer aos equipamentos educativos sem problemas de sobrelotação. Uma programação a curto ou médio prazo (5/10 anos), através de dados estatísticos e com cenários demográficos poderá projectar as respostas necessárias para esta faixa etária. As Cartas Educativas poderão ser o veículo para este exercício, tornando o documento mais completo, no que aos equipamentos educativos diz respeito.

São estas as respostas existentes, não sendo possível dissociar uma da outra, pois consoante a estrutura familiar, assim se poderá optar. É preciso ter em conta outros factores, como por exemplo o aumento da idade da reforma – se os avós que se encontram no mercado de trabalho, têm de o fazer até mais tarde, não será possível prestar apoio aos netos.

No entanto, se por um lado autores como Gomes-Pedro, Harper e Sousa nos seus discursos abordam esta questão dos avós como sendo muito importante quer na vida dos netos, quer na sua própria, pelas relações intergeracionais que se premeiam no contacto de uns com os outros bem como pelo papel que os avós desempenham não só nos cuidados e desenvolvimento dos netos, mas como forma de aumentar a qualidade de vida do idoso estando ocupado com os netos e experienciando novas formas de estar, que os netos a isso obrigam (2006: 11-86). Por outro lado, as instituições com valência creche e/ou, eventualmente, como alternativa, são um importante contributo na vida dos pais como apoio à família, no sentido de esta ter capacidade de poder conciliar a vida profissional e familiar e incentivo à natalidade, mas como forma integradora e socializadora das crianças, uma vez que a criança poderá desde cedo tomar contacto com a comunidade e sendo necessário, para tal, partilhar recursos.

As creches familiares e/ou as amas poderão ser um investimento a ter em conta, como forma de colmatar a falta de vagas nas creches, mas também como investimento de pessoas idóneas que possam estar em situação de desemprego, e deste modo seja possível combater o desemprego.

Com este projecto foi possível perceber que seria interessante dar-lhe continuidade de modo a explorar outras dimensões como políticas de apoio à família e aos prestadores de cuidados, porque poderão cada vez mais duas gerações (crianças e pessoas idosas) juntar-se na mesma época, tornando-se pertinente confluír estes apoios, de modo a conciliar a vida profissional e a vida familiar dos pais que ao mesmo tempo serão filhos.

FONTES

Legislação Consultada

Decreto-Lei nº 158/84 de 17 de Maio

Despacho Normativo nº 5/85 de 18 de Janeiro

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro

Despacho Normativo nº 99/89 de 27 de Outubro

Lei nº 84/95 de 31 de Agosto

Acórdão SJ199 de 3 de Março 1998 – Supremo Tribunal de Justiça

Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro

Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto

Portaria nº 426/2006 de 2 de Maio

Despacho nº 10 516/2006 de 11 de Maio

Decreto-Lei nº 64/2007 de 14 de Março

Decreto-Lei nº 256-A/2007 de 13 de Julho

Portaria nº 37/2009 de 16 de Janeiro

Despacho nº 4 749/2009 de 9 de Fevereiro

Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro

Sites consultados

<http://dre.pt/pdf1sdip/1989/10/24800/47894792.pdf>

www.cm-torresnovas.pt

www.ine.pt

www.seg-social.pt

<http://www.portaldacrianca.com.pt/artigosa.php?id=61>

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Ana Nunes de, e Maria Manuel Vieira (2006), “À roda da escola ... Crianças e infância no universo das representações” e “Obras e manobras familiares: uma escola por medida?...”, *A Escola em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp 89-131;
- Amaro, Fausto (2006), *Introdução à sociologia da família*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- António, Stella (2010), *Avós e netos. Relações intergeracionais. A matrilinearidade dos afectos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política da Universidade Técnica de Lisboa;
- Antunes, António (2007), *Lições de planeamento de equipamentos colectivos*, Coimbra, Universidade de Coimbra;
- Ariès, Philippe (1978), *A história da criança e da família*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor;
- Attias-Donfut, Claudine e Martine Segalen (1998), *Grands-parents. La famille à travers les generations*, Paris, Odile Jacob;
- Barros, Myriam Lins (1987), *Autoridade & Afecto*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor;
- Bawin-Legros, Bernardette (2003), *Le nouvel ordre sentimental. À quoi ser la famille aujourd'hui?*, Paris Payot;
- Bengtson, Vern et al (1990). “Families and aging: Diversity and heterogeneity”, *Handbook of aging and the social sciences*, New York, Academic Press, pp. 263-287;
- Brannen, Julia et al (2004), *Working and caring over the twentieth century. Change and continuity in four – generation families*, New York, Palgrave Macmillan;
- Caldeira, Hugo et al (2003) (coord), *Carta Educativa de Torres Novas*, Câmara Municipal de Torres Novas;
- Carneiro, Roberto et al (2000) (coord.), *O Futuro da educação e Portugal – Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*, Lisboa, Ministério da Educação, Volume 2, pp 260-269;
- Craveiro, Teresa et al (2009), *Orientações estratégicas equipamentos sociais – infância Rede pública de creches*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa;
- Davidson, Françoise e Paulette Maguin (1983), *As creches*, Lisboa, Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, pp 17-26;
- Direção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (2004), *Babies and Bossies – Políticas de conciliação da actividade profissional e da vida familiar*, Lisboa, DGEEP;

- DGOTDU (2002), *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*, Lisboa;
- Durão, Susana (2001), “A primeira creche em Portugal”, *Revista História*, Lisboa, pp 36-39;
- Enguita, Mariano Fernández (2007), *Educação e Transformação Social*, Mangualde, Edições Pedagogo;
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado (2001), Carta Internacional dos Direitos Humanos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos;
- Fize, Michel (2005), *La famille*, Paris, Le Cavalier Bleu;
- Giddens, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Gomes-Pedro, João (2006), “O papel dos avós no século XXI”, *Revista Povos e culturas*, número 10, pp 11-24
- Hagestad, G. O. (1988), “Demographic change and the life course: some emerging trends in the family realm”, *Family relations*, 7, pp 405-410;
- Hagestad, G. O. (1986), “The transition to grandparenthood: unexplored issues”, *Journal of Family Issues*, 7, pp 115-130;
- Hagestad, G. O. (1985), “Continuity and Connectedness, Grandparenthood”, *Sage Publications*, pp 31-49;
- Harper, Sarah (2006), “Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias”, *Revista Povos e culturas*, número 10, pp 25-38;
- Harper, Sarah (2003), “Changing european families as populations age”, *European Journal of Sociology*, volume 44, pp 155-184;
- Instituto de Segurança Social (2011), *Guia prático – Respostas Sociais – Infância e juventude – Crianças e jovens*, Lisboa, ISS;
- Leandro, Maria Engrácia (2008), “A família da revolução, a revolução da família em Portugal: 1974-2004”, Anália Torres, e Luís Baptista (org.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Edições Afrontamento, pp 133-151;
- Meulders, Danièle et al (2007), “Trabalho e Maternidades na Europa, Condições de Trabalho e Políticas Públicas”, *Cadernos de Pesquisa*, v.37 n. 132, pp 611-640;
- Presidência do Conselho de Ministros (2011), Programa do XIX Governo Constitucional;
- Presidência do Conselho de Ministros (2009), Programa do XVIII Governo Constitucional;
- Presidência do Conselho de Ministros (2005), Programa do XVII Governo Constitucional;

- Portugal, Sílvia (2006), *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, FEUC;
- Quivy, Raymond (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva;
- Ramos, Natália (2005), “Relações de solidariedades intergeracionais na família – Dos avós aos netos”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 39, número 1, pp195-216;
- Rocha, Maria (1996), *Creche*, Lisboa, Direcção-Geral de Acção Social;
- Sampaio, Daniel (2008), *A razão dos avós*, Lisboa, Editorial Caminho;
- Smith, Peter (1991), *The psychology of grandparenthood. An international perspective*, London, Routledge;
- Sousa, João (Sem data), *Caracterização das creches portuguesas: A realidade e a necessidade*, Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Lisboa, ISEGF, pp7-10;
- Sousa, Liliana (2006), Avós e netos: uma relação afectiva, uma relação de afectos, *Revista Povos e culturas*, número 10, pp 39-50;
- Torres, Anália e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp 9-65;
- Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, volume 163, pp 507-544;
- Vanderline, Larissa Fanfã et al (2009), “Importância da rede social de apoio para mães de crianças na primeira infância”, *Revista de Ciências Sociais*, volume 43, número 2, pp 429-443;
- Wall, Karin (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ANEXO I

Área de Influência	População Base	Critérios de Programação	Critérios de Dimensionamento	Critérios de Localização
Freguesia	5.000 habitantes	1. Freguesia com elevada <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de mão-de-obra feminina • Taxa de natalidade • Taxa de mortalidade infantil 2. Definidos nas coordenadas orientadoras específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade mínima – 5 crianças • Unidade máxima – 35 crianças • Área média de instalações: <ul style="list-style-type: none"> área útil – 8m² / criança área de construção – 10m² / criança área de espaço exterior – 10m² / criança 	<ul style="list-style-type: none"> • Em zona central, procurando evitar-se que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diários; • De preferência ao longo do percurso de rotina diária, próximo dos pontos de partida para os locais de trabalho; • Em zona de acesso fácil e seguro a peões e veículos, incluindo os abastecimentos e bombeiros; • Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso.

Quadro A.1 – Critério de programação dos equipamentos colectivos creche¹⁰

		N	%
Quantas pessoas compõem o agregado familiar	2	23	38,3
	3	18	30,0
	4	17	28,3
	5	1	1,7
	6	1	1,7
	Total	60	100,0

Quadro A.2 – Composição do agregado familiar por nº pessoas

Bebé já nasceu	Primeiro filho					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	5	16,1	7	24,1	12	20,0
Não	25	80,6	20	69,0	45	75,0
NR	1	3,2	2	6,9	3	5,0
Total	31	100,0	29	100,0	60	100,0

Quadro A.3 – Primeiro filho/Bebés que já nasceram

¹⁰ Fonte: Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos, DGOTDU

Rendimento		Composição do Agregado Familiar			Idades					Total
					21 – 29	30 – 35	36 – 39	40 – 43	NR	
					N	%	N	%	N	
Até 500,00 €	Só Casal	N	4	–	–	–	–	–	4	
	%		80,0	–	–	–	–	–	66,7	
	Casal com filhos	N	1	–	1	–	–	–	2	
	%		20,0	–	100,0	–	–	–	33,3	
501,00 € a 1.000,00 €	Outras situações	N	–	–	–	–	–	–	–	
	%		–	–	–	–	–	–	–	
	Total	N	5	–	1	–	–	–	6	
	%		100,0	–	100,0	–	–	–	100,0	
1.001,00 € a 2.000,00 €	Só Casal	N	4	2	–	–	–	–	6	
	%		80,0	33,3	–	–	–	–	30,0	
	Casal com filhos	N	1	1	4	4	–	–	10	
	%		20,0	16,7	100,0	100,0	–	–	50,0	
2.001,00 € a 3.500,00 €	Outras situações	N	–	3	–	–	1	–	4	
	%		–	50,0	–	–	100,0	–	20,0	
	Total	N	5	6	4	4	1	–	20	
	%		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0	
Mais de 3.501,00 €	Só Casal	N	4	4	–	–	–	–	8	
	%		80,0	30,8	–	–	–	–	34,8	
	Casal com filhos	N	1	9	4	–	–	–	14	
	%		20,0	69,2	80,0	–	–	–	60,9	
Total	Outras situações	N	–	–	1	–	–	–	1	
	%		–	–	20,0	–	–	–	4,3	
	Total	N	5	13	5	–	–	–	23	
	%		100,0	100,0	100,0	–	–	–	100,0	
Total	Só Casal	N	1	3	–	–	–	–	4	
	%		100,0	37,5	–	–	–	–	44,4	
	Casal com filhos	N	–	5	–	–	–	–	5	
	%		–	62,5	–	–	–	–	55,6	
Total	Outras situações	N	–	–	–	–	–	–	–	
	%		–	–	–	–	–	–	–	
	Total	N	1	8	–	–	–	–	9	
	%		100,0	100,0	–	–	–	–	100,0	
Total	Só Casal	N	–	–	–	–	–	–	–	
	%		–	–	–	–	–	–	–	
	Casal com filhos	N	–	1	–	–	–	–	1	
	%		–	100,0	–	–	–	–	100,0	
Total	Outras situações	N	–	–	–	–	–	–	–	
	%		–	–	–	–	–	–	–	
	Total	N	–	1	–	–	–	–	1	
	%		–	100,0	–	–	–	–	100,0	
Total	Só Casal	N	13	9	–	–	–	–	22	
	%		81,3	32,1	–	–	–	–	36,7	
	Casal com filhos	N	3	16	10	4	–	–	33	
	%		18,8	57,1	90,9	100,0	–	–	55,0	
Total	Outras situações	N	–	3	1	–	1	–	5	
	%		–	10,7	9,1	–	100,0	–	8,3	
	Total	N	16	28	11	4	1	–	60	
	%		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0	

Quadro A.4 – Cruzamento das variáveis rendimento/composição do agregado familiar/idade

		Creche		Avós		Ama		Mãe		Tia		Totais	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Habilitações	Até ao 3º Ciclo Ensino Básico	4	18,2	3	11,1	2	33,3	1	25,5	0	0,0	10	16,7
	Ensino Secundário	7	31,8	12	44,4	2	33,3	3	75,9	0	0,0	24	40,0
	Ensino Superior	11	50,0	11	40,7	2	33,3	0	0,0	1	100,0	25	41,7
	NR	0	0,0	1	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7
	Total	22	100,0	27	100,0	6	100,0	4	100,0	1	100,0	60	100,0
Rendimento	Até 500,00 €	1	4,5	2	7,4	1	16,7	1	25,0	1	100,0	6	10,0
	De 501,00 € a 1.000,00 €	8	36,4	9	33,3	1	16,7	2	50,0	0	0,0	20	33,0
	De 1.001,00 € a 2.000,00 €	6	27,3	12	44,4	4	66,7	1	25,5	0	0,0	23	38,3
	De 2.001,00 € a 3.500,00 €	6	27,3	3	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	15,0
	Mais de 3.501,00 €	1	4,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7
	NR	0	0,0	1	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7
	Total	22	100,0	27	100,0	6	100,0	4	100,0	1	100,0	60	100,0

Quadro A.5 – Cruzamento das variáveis habilitações/rendimentos com quem as inquiridas irão deixar os seus filhos

		Avós		Creche		Ama		Mãe		Tia		Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Razões que levaram a colocar	Proximidade local de trabalho	1	3,7	6	27,3	1	16,7	0	0,0	0	0,0	8	13,3
	Boas referências / Confiança	2	7,4	8	36,4	3	50,0	0	0,0	1	100,0	14	23,3
	Disponibilidade dos avós/Mais descanso para os pais	19	70,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	31,7
	Devido à profissão	0	0,0	4	18,2	1	16,7	0	0,0	0	0,0	5	8,3
	Outros	2	7,4	3	13,6	1	16,7	3	75,0	0	0,0	9	15,0
	NR	3	11,1	1	4,5	0	0,0	1	25,0	0	0,0	5	8,3
	Total	27	100,0	22	100,0	6	100,0	4	100,0	1	100,0	60	100,0

Quadro A.6 – Distribuição dos bebés segundo as razões para a escolha do local

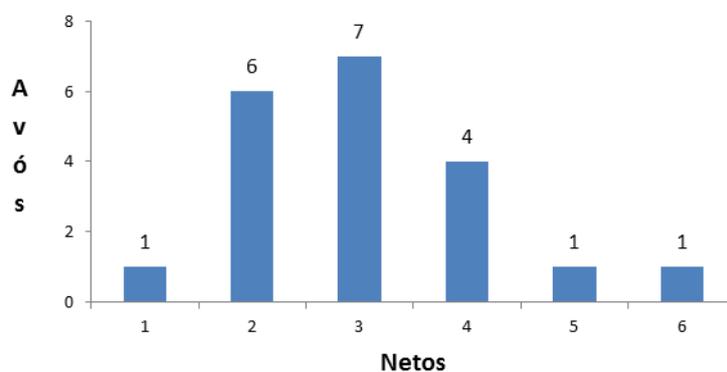


Figura A.1 – Distribuição dos avós pelo nº de netos

	N	%
Ajudam no desenvolvimento	17	28,3
Pelo carinho e dedicação	13	21,7
Transmissão de valores	6	10,0
Pela disponibilidade	6	10,0
NR	18	30,0
Total	60	100,0

Quadro A.7 – Em que medida os avós contribuem para o bem-estar dos netos

Inquéritos

1 – Inquérito às senhoras gestantes e parturientes

Inquérito nº _____

Q 1 – É o primeiro filho? Sim Não

Q 2 – Se não é, quantos tem? Idades? _____

Q 3 – Semana gestação? _____

Q 4 – Ou, se o bebé já nasceu, quantas semanas tem?

Q 5 – Freguesia onde reside? _____

Q 6 – Este filho foi planeado? Sim Não

Q 7 – Se respondeu sim, que motivos que levaram à decisão de ter este bebé?

Q 8 – Quando acabar a licença parental onde pensa deixar o bebé?

- Centro de Bem-Estar Social da Zona Alta;
- Abrigo do Menino Jesus;
- Lar das Raparigas;
- Só Miminhos;
- Ninho dos Traquinas;
- Creche Beira-rio;
- Creche e JI São Pedro;
- Avó/Avô Qual a freguesia da residência da avó? _____
- Ama;
- Fica em casa a tomar conta do bebé nos primeiros 3 anos de vida;
- Outro _____ Qual a freguesia _____

Q 9 – Se o seu bebé ficar aos cuidados da avó, ficará até que idade?

Q 10 – Ficarão ao cuidado de qual avó?
 Avó Materna Avó Materno

Q 11 – Avó Paterna Avó Paterno

Se não coloca o seu bebé ao cuidado dos avós, diga, por favor, qual a razão?

Q 12 – Diga, por favor, quais os motivos que levaram à decisão da sua opção, referente à Q 8?
 (Quer seja avós, creche, amas ou outro)



Inquérito nº _____

Q 13 – O que pensa do papel dos avós?

Q 14 – Das várias opções e numa escala de 1 a 5 (sendo 1 nada importante e 5 muito importante), indique, por favor, qual o grau de importância que atribui ao papel dos avós, nas seguintes frases:

	1	2	3	4	5
1. Tomar conta dos netos a tempo inteiro					
2. Mais experiência nos cuidados à criança					
3. Transmissão de tradições, exemplos e valores					
4. Ir buscar os netos mais cedo à creche ou outro local, onde estejam, para brincar com eles					
5. Ler livros e contar histórias					
6. Passear com os netos (por ex. ir ao parque infantil)					
7. Passar férias com os netos					
8. Ajudar os pais, quando os bebés estão doentes, de modo a que não tenham de faltar ao emprego					
9. Ficar com os netos para que os pais possam ir passear					
10. Levar ao médico					
11. Outro. Qual?					

Q 15 – No seu entender acha que os avós devem participar de forma activa na educação dos netos? Sim Não
 Porque? _____

Q 16 – Para si, em que medida os avós contribuem para o bem-estar dos netos?

Q 17 – Caso fosse possível, acha que os avós deveriam substituir-se às creches?
 Sim Não
 Porque? _____



Inquérito nº _____

Q 18 – Acha que o concelho está bem equipado de creches?

Sim Não

Porquê? _____

Q 19 – Na sua opinião, o que deveria a autarquia fazer para apoiar a 1ª Infância?

Q 20 – Acha que a creche para onde irá deixar o seu bebé está bem equipada?

Sim Não

Porquê? _____

Q 21 – Se respondeu não, que outros serviços deveria ter?

Q 22 – Qual o horário que pensa que irá utilizar na creche ou na ama? Das _____ às _____

Q 23 – Irá adequar-se às suas necessidades? Sim Não

Porquê? _____

Q 24 – Quais as suas preocupações ao deixar o seu bebé na creche, na ama ou nos avós?

Q 25 – Pensa ter mais filhos? Sim Não

Q 26 – No que refere à educação das crianças, na 1ª infância, indique, por favor, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 nada importante e 5 muito importante), que importância atribui ao papel de:

	1	2	3	4	5
1. Avós					
2. Creche					
3. Amas					

Q 27 – Quantas pessoas compõem o agregado familiar?

(Estando grávida, o bebé inclui-se na mãe)



Inquérito nº _____

Q 28 – Assinale, por favor, quem são

- Mãe, do bebé
 Pai, do bebé
 Filho(s) (outros)
 Avô paterno, do bebé
 Avó paterna, do bebé
 Avô materno, do bebé
 Avó materna, do bebé
 Outro. Quem? _____

Q 29 – Qual a sua idade?

Q 30 – Qual a sua profissão? _____ Em que concelho/freguesia? _____

Q 31 – Se não trabalha, porquê?

Q 32 – Quais as suas habilitações?

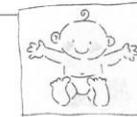
- 1º/2º Ciclo do Ensino Básico; Ensino Superior – Licenciatura;
 3º Ciclo do Ensino Básico; Ensino Superior – Mestrado;
 Ensino Secundário; Ensino Superior – Doutoramento;
 Outro. Qual? _____

Q 33 – Qual o rendimento mensal líquido do agregado familiar?

- Até 500 €
 De 501,00 € a 1.000,00 €
 De 1.001,00 € a 2.000,00 €
 De 2.001,00 € a 3.500,00 €
 Mais de 3.501,00 €

Q 34 – Estado Civil?

- Casada Divorciada
 Solteira
 União de facto Outro. Qual? _____



2 – Inquérito aos avós

Inquérito nº _____

Q 1 – Qual a sua idade? _____ Q 2 – Qual a sua escolaridade? _____

Q 3 – Qual a sua profissão? _____

Q 4 – Freguesia onde reside _____

Q 5 – Quantos netos tem? _____ Idades? _____

Q 6 – Sempre tomou conta dos seu netos? _____

Porquê? _____

Q 7 – Porque está a tomar conta deste neto?

Porque tenho disponibilidade	
Porque me sinto activa/o ao fazê-lo	
Porque os pais têm um horário laboral alargado	
Porque os pais trabalham por turno	
Porque os pais estão a estudar	
Porque não tiveram vaga na creche	
Porque o orçamento familiar dos pais é reduzido	
Porque quero ajudar na educação do neto	
Porque tomei conta de todos os netos	
Outro. Qual?	

Q 8 – Qual a freguesia ou concelho onde residem o pais do seu neto? _____

Q 9 – Na sua opinião, qual deve ser o papel dos avós?

Q 10 – Acha que é motivante tomar conta do(s) neto(s)? _____

Porquê? _____

Q 11 – Que ideais tem ao ver-se no papel de avó/avô?

Inquérito nº _____

Q 12 – Que contributo espera dar, ao tomar conta do neto(a)? (Quer seja para o neto, quer seja para os pais)

Q 13 – Das várias opções e numa escala de 1 a 5 (sendo 1 nada importante e 5 muito importante), indique, por favor, qual o grau de importância que atribui no seu papel de avó/Avô, nas seguintes frases:

	1	2	3	4	5
Tomar conta dos netos a tempo inteiro					
Mais experiência nos cuidados à criança					
Transmissão de tradições, exemplos e valores					
Ir buscar os netos mais cedo à creche ou outro local, onde estejam, para brincar com eles					
Ler livros e contar histórias					
Passear com os netos (por ex. ir ao parque infantil)					
Passar férias com os netos					
Ajudar os pais, quando os bebés estão doentes, de modo a que não tenham de faltar ao emprego					
Ficar com os netos para que os pais possam ir passear					
Levar ao médico					
Ajudar na educação dos netos					
Ajudar nas despesas domésticas					
Outro. Qual?					

Q 14 – Na sua opinião pensa que o concelho tem creches suficientes? _____

Porquê? _____

3 – Inquérito às Autarquias

Inquérito nº _____

Q. 1 – Para o planeamento de equipamentos de ensino as Câmaras Municipais recorrem à Carta Educativa. Utiliza essa Câmara Municipal algum processo de planeamento específico para o apoio à infância?

Se sim, qual?

Se não, porquê?

Q. 2 – A Câmara Municipal tem adoptado algumas políticas públicas no incentivo à natalidade, apoio à família e concretamente no que concerne à conciliação de trabalho e guarda dos filhos?

Se sim, como?

Se não, porquê?

Q. 3 – No que refere ao planeamento de equipamentos de apoio à 1ª infância, nomeadamente creches, que se destinam a uma população dos 0 aos 3 anos, tomou algumas medidas recentemente?

Como por exemplo

	Sim	Não
Elaborou Carta de Equipamentos Sociais para a 1ª infância?		
Tem quantificado as carências para este tipo de equipamento?		
Tem espaços (terrenos/edifícios) afectos ou reservados para futuros equipamentos?		
Outro, qual?		

Q. 4 – Que investimentos fez em relação à 1ª infância, nos últimos dois anos?

Q. 5 – E que investimentos prevê fazer nos próximos dois?

Q. 6 – Que tipo de apoios a autarquia presta aos equipamentos/instituições relacionadas com a 1ª infância?

Q. 7 Que critérios utiliza e quais as modalidades de financiamento?

Q. 8 Existem no concelho, equipamentos deste tipo, propriedade da autarquia ou co-financiados pela autarquia?

Q. 9 – Existem outros financiamentos?

ANEXO II



curriculum vitae

Informação pessoal

Nome

Mota, Graça Maria Ramalheiro

Correio electrónico

mota.graca@gmail.com

Nacionalidade

Portuguesa

Data de nascimento

23-04-1970

Experiência profissional

1991 – 2009

Início de funções no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, como bolsista, em 1991, passando a funcionária efectiva em 1998

Desde 2003

Principais actividades e responsabilidades

- Reorganização e reestruturação do sector administrativo do núcleo;
- Manutenção do arquivo técnico do núcleo – relatórios, notas técnicas e expediente geral;
- Organização de biblioteca do núcleo, contendo documentação diversa (livros, actas de congresso, revistas, memórias, cartas geológicas);
- Tratamento diário dos documentos administrativos relativos às actividades do núcleo (ajudas de custo, boletins itinerários, aluguer de viaturas, requisições internas);
- Elaboração de mapa e registo, no mesmo, das férias dos funcionários do núcleo;
- Elaboração de mapa de imputação de horas, com actualização dos processos de investigação em curso, para que os funcionários possam lançar as respectivas horas;
- Controlo da facturação dos processos do núcleo

Núcleo de Geologia de Engenharia e Geotecnia Ambiental

Tipo sector

2000/2003

Principais actividades e responsabilidades

- Gestão de informações referentes a deslocações nacionais e estrangeiras, prestando informação acerca da disponibilidade de verbas quer a nível de projectos co-financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela União Europeia (UE), quer a nível do "plafond" anual atribuído aos Departamentos;
- Gestão de requisições internas, seu enquadramento por rubricas e registo nas mesmas da comparticipação do projecto;
- Classificação das despesas nos projectos, co-financiados pela FCT ou UE, de acordo com a elegibilidade das mesmas;
- Elaboração de pedidos de pagamento, de acordo com as normas exigidas, a apresentar à entidade financiadora ou ao coordenador do projecto;
- Elaboração de relatórios de execução financeira, intermédios e finais, a apresentar à entidade financiadora;
- Elaboração dos formulários, dos projectos da FCT, do pedido de pagamento de acordo com as normas exigidas;
- Actualização de quadros indicadores de percentagem de realização financeira do projecto
- Elaboração de ofícios.

Tipo sector

Divisão de Gestão de Contratos

1994/2000

Principais actividades e responsabilidades

- Gestão de rubricas orçamentais dos documentos, conforme a natureza da despesa, nomeadamente: fornecimentos de material, inscrições em cursos/congressos, transportes e empreitadas de obras públicas;
- Processamento informático de dados de despesa, para emissão de recibos e folhas de processamento;
- Processamento dos despachos exarados;
- Lançamento de despesa processada e registo de IVA.

Após todo o tratamento informático da despesa, os documentos são arquivados na Conta de Gerência para serem "visados" e julgados pelo Tribunal de Contas, para encerramento do ano económico respectivo.

Tipo sector

Direcção dos Serviços Administrativos – Secção de Contabilidade Orçamental

1991/2000

Principais actividades e responsabilidades

- Gestão e arquivo de documentos internos;
- Processamento de ajudas de custo: recolha de dados, emissão de listagens e sua conferência;
- Fundo Permanente;
- Contabilidade da associação do LNEC;
- Lançamentos de remunerações dos funcionários do LNEC.

Tipo sector

Direcção dos Serviços Administrativos – Repartição de Contabilidade e Custos Industriais

1990/1991

Principais actividades e responsabilidades

As principais funções desempenhadas consistiram no processamento do expediente geral, arquivo, correspondência, emissão de facturas e recibos, resposta e elaboração de propostas. Atendimento telefónico.

Nome do empregador

Elica – Electromecânica, Lda

Tipo sector

Empresa de material eléctrico

Formação académica e profissional

2010/2011

Frequência 2º ano do Mestrado Sociologia e Planeamento – Dissertação

2009/2010

1º ano do Mestrado em Sociologia e Planeamento

Nome da organização de ensino

ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Elaboração de trabalhos em diversas áreas:

- pobreza e exclusão social;
- intervenção social;
- envelhecimento;
- primeira infância.

2006/2009

Licenciatura em Sociologia e Planeamento

Nome da organização de ensino

ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e do Emprego

Realização de projectos no âmbito de:

- pesquisa documental, elaboração de grelhas comparativas e análise respectiva;
- análise e elaboração de gráficos estatísticos em SPSS;
- análise swot e metodologias de avaliação em projectos de planeamento.

Aptidões e competências pessoais

Primeira Língua

Português

Outras línguas

Compreender	Falar	Escrever
Regular	Elementar	Elementar
Regular	Elementar	Elementar
Regular	-	-

Inglês

Francês

Espanhol

Aptidões e competências sociais	Espírito de Equipa Capacidade de adaptação Capacidade de comunicação
Aptidões e competências de Organização	Elevado sentido de responsabilidade e organização Capacidade de liderança
Aptidões e competências informáticas	Domínio das ferramentas Office – Word, Excel, Powerpoint, Outlook Conhecimentos de SPSS, Project 2007, manutenção de pág Web.
Informação adicional	
Desde 2011	Voluntária na Liga dos Amigos do Hospital de Torres Novas
Desde 2010	Voluntária na Caritas Paroquial de Torres Novas: <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e avaliação de processos das famílias mais carenciadas, de forma a encaminhá-las, segundo as suas necessidades; • Optimização de processos e recursos orientados para resultados; • Atendimento personalizado.
Desde 2008	Sócia da Associação Portuguesa de Demografia, nº 122
Desde 2008	Sócia da Associação Portuguesa de Sociologia, nº 2453
2005/2010	Membro dos Órgãos de Direcção da Cooperativa de Habitação Unidos da Ameixoeira, inicialmente como vogal, depois como secretária: acompanhamento de reuniões, elaboração de actas, manutenção da página electrónica.
1992	Carta de condução de ligeiros nº L-1312891 de 31-01-1992

Anexo ao CV – Cursos de formação, seminários, conferências e congressos

1 a 3 de Junho de 2011	Teorias da Decisão, 18 horas, STE, Lisboa
14 e 15 de Março de 2011	II Formação Conjunta do Voluntariado Hospitalar, Liga dos Amigos dos Hospitais de Torres Novas, Tomar e Abrantes, Abrantes
2 a 4 de Março de 2011	Gestão da Produtividade Individual, 18 horas, STE, Lisboa
22 a 23 de Janeiro de 2011	1 ^{as} Jornadas de Voluntariado da Cova da Beira, Liga dos Amigos CHCB, Covilhã
25 de Novembro de 2010	Colóquio "Dinâmicas Actuais da Pobreza e da Exclusão Social, 7 horas, Fund. Calouste Gulbenkian
17 de Novembro de 2010	Seminário "Inovação Social", 7 horas, Município de Ourém, Ourém
25 a 27 de Outubro de 2010	Recrutamento e Selecção de Pessoal, 18 horas, STE, Lisboa
14 a 16 de Setembro de 2010	XXVI Semana da Pastoral Social "Dar-se de Verdade: Para um Desenvolvimento Solidário", Fátima
3 de Julho de 2010	Workshop de Voluntariado, 6 horas, Caritas Paroquial de Torres Novas, Torres Novas
18 de Dezembro de 2009	Fórum de Pesquisas Cies 2009 – Olhares Sociológicos sobre o Emprego: Relações Laborais, Empresas e Profissões, ISCTE; Lisboa
30 de Outubro de 2009	Seminário "Envelhecer com Qual(idade). Um Novo Desafio", Invalídos do Comércio, LISPOLIS, Lisboa
16 e 17 de Outubro de 2009	Não se Nasce Leitor. A Literatura para a Infância e Juventude, Biblioteca Municipal de Torres Novas
13 Março de 2009	Seminário "O Impacto da Longevidade no Séc. XXI, Invalídos do Comércio, LNEC, Lisboa
5 e 6 Março de 2009	Conferência "O que mudou no Código de Trabalho", ISCTE, Lisboa
19 Fevereiro de 2009	Seminário "Abordagens Biográficas, Memória, Histórias de Vida", ISCTE, Lisboa
29 Setembro a 1 Outubro de 2008	III Congresso Português de Demografia – "O Declínio Demográfico – Que Mudanças?", Fundação Calouste Gulbenkian
25 a 28 Junho de 2008	VI Congresso Português de Sociologia – "Mundos Sociais; Saberes e Práticas", Reitoria da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade Ciências Sociais e Humanas da UNL
15 a 16 de Maio de 2008	Seminário "Artigo 13º", Câmara Municipal de Loures, Moscavide
25 Fevereiro de 2006	Segurança Activa nº 2984, 7 horas, CR&M, Palmela
9 a 13 Maio de 2005	Aquisição de Bens e Serviços na AP, 36 horas, LNEC, Lisboa
6 a 12 Dezembro de 2004	Microsoft Word – Avançado, 28 horas, LNEC, Lisboa
11 a 19 Dezembro de 2003	Técnicas de Negociação, 32 horas, Eurotema, Lisboa
10 a 18 Novembro de 2003	Gestão das Emoções e do Stress Profissional, 32 horas, Eurotema, Lisboa
22 a 31 Outubro de 2003	Elaboração de Páginas Web, 32 horas, Eurotema, Lisboa
15 a 24 Setembro de 2003	Regime de Realização de Despesas Públicas e Contratação Pública, 28 horas, CENFOP, Lisboa
15 a 26 Novembro de 2002	Secretariado e Novas Tecnologias, 36 horas, Eurotema, Lisboa
11 a 21 Outubro de 2002	Técnicas de Assertividade, 32 horas, Eurotema, Lisboa
7 a 20 Junho de 2002	Gestão Financeira, 36 horas, Eurotema, Lisboa
27 Maio a 6 Junho de 2002	Comunicação e Imagem na Empresa, 36 horas, Eurotema, Lisboa
8 a 18 Abril de 2002	Técnicas de Comunicação Oral, 36 horas, Eurotema, Lisboa
11 a 8 Abril de 2002	Gestão de Equipes e Grupos de Trabalho, 80 horas, Eurotema, Lisboa
7 a 16 Novembro de 2001	A Importância da Qualidade na Era da Globalização, 36 horas, Eurotema, Lisboa
9 Novembro de 2001	Seminário: O Euro e a Substituição do Escudo, 6 horas, Sindicato Trab. Função Púb. Sul e Açores
24 Setembro a 29 Outubro de 2001	Gestão Global, 100 horas, Eurotema, Lisboa
13 a 21 Setembro de 2001	Protocolo e Acolhimento, 32 horas, Eurotema, Lisboa
25 Julho a 2 Agosto de 2001	Condução de Reuniões e Dinâmicas de Grupos, 32 horas, Eurotema, Lisboa
16 a 24 Julho de 2001	Relações Públicas, 32 horas, Eurotema, Lisboa
23 a 31 Outubro de 2000	Contabilidade Digráfica, 42 horas, INA, Lisboa
31 Janeiro a 15 Fevereiro de 2000	Regime Jurídico da Administração Pública, 60 horas, Eurotema, Lisboa
8 Novembro de 1999	Plano Oficial de Contabilidade Pública, 18 horas, LNEC, Lisboa

26 Outubro a 9 Novembro de 1999	Powerpoint, 30 horas, Eurotema, Lisboa
24 Setembro a 6 Outubro de 1999	Ms Access – Nível 1, 30 horas, Eurotema, Lisboa
6 a 14 Setembro de 1999	Utilização da Rede Internet, 30 horas, Eurotema, Lisboa
27 Novembro 1998	Excel – Nível Médio, 15 horas, LNEC, Lisboa
1 Junho de 1998	Tratamento Contabilístico do IVA, 4,30 horas, LNEC, Lisboa
11 Maio de 1998	Aplicação do CIVA no LNEC, 4,30 horas, LNEC, Lisboa
Dezembro de 1994	Windows e Word for Windows, 21 horas, LNEC, Lisboa
Junho de 1993	Projecto Informático para a Vida Activa, 97 horas, Escola Secundária Cidade Universitária, Lisboa
7 Julho a 15 Dezembro de 1989	Contabilidade, 600 horas, AIP de Lisboa, Lisboa